CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Dilene Pinheiro da Silva

OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DIANTE DAS DEMANDAS APRESENTADAS PELOS DISCENTES DA EPTNM

Belo Horizonte
2018

Dilene Pinheiro da Silva

OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DIANTE DAS DEMANDAS APRESENTADAS PELOS DISCENTES DA EPTNM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de pesquisa: Processos Formativos em Educação Tecnológica

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão

Coorientador: Prof. Dr. Ailton Vitor Guimarães

Belo Horizonte
2018

Silva, Dilene Pinheiro da
S586l Os limites e possibilidades da assistência estudantil diante das demandas apresentadas pelos discentes da EPTNM. / Dilene Pinheiro da Silva. – – Belo Horizonte, 2018.
103 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, 2018.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão
Coorientador: Prof. Dr. Ailton Vitor Guimarães

Bibliografia

1. Estudantes – Programas de Assistência. 2. Ensino Profissional. 3.Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil). I. Abrahão, Luiz Henrique de Lacerda. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título

CDD 371.83

Elaboração da ficha catalográfica pela Bibliotecária Elisângela Gonçalves Barbieri CRB-6: 2624 / CEFET-MG

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Dilene Pinheiro da Silva

"Os limites e possibilidades da assistência estudantil diante das demandas apresentadas pelos discentes da EPTNM"

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 04 de julho de 2018, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão- Orientador
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Ailton Vitor Guimarães- Coorientador
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Sabina Maura Silva
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Cristiane Oliveira Pisani Martini
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Ao meu esposo José Carlos
E para minhas filhas Larissa Pinheiro e Lorena Pinheiro.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo amor, cuidado, fidelidade, bondade, provisão e bênçãos derramadas em minha vida.

Ao meu amado esposo José Carlos, que tem caminhado ao meu lado incentivando e cooperando em tudo e em todo tempo.

Às minhas filhas Larissa Pinheiro e Lorena Pinheiro que me apoiaram, cuidaram e aceitaram esse desafio.

Aos meus pais Pedro Antônio, Maria Nair (*in memoriam*) e Maria do Socorro que, durante toda a minha formação acadêmica, me encorajaram a despeito de todas as circunstâncias.

Ao meu irmão Denilson Dias e minha cunhada Juscilaine Patrícia que sempre estiveram prontos a apoiar, a colaborar e a cuidar, não se importando com as dificuldades a serem superadas.

Às minhas irmãs pela atenção e compreensão pelos vários momentos ausentes nas mais diversas situações.

Aos meus orientadores, Profa. Dr.ª Maria Rita Neto Sales Oliveira – que deu início a essa caminhada –, Prof. Dr. Luiz Henrique de Lacerda Abrahão e Prof. Dr. Ailton Vitor Guimarães, que prosseguiram com dedicação e zelo a orientação, oferecendo-me preciosos aprendizados.

Aos vários amigos que conheci neste percurso do mestrado, com os quais tive a oportunidade de vivenciar momentos únicos, em especial Aline Passos, Alessandra Teles, Antônio Meneses e Daniela Rezende.

Aos amigos do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET-MG, que acompanharam essa jornada, e com os quais também compartilhei minhas inquietações a respeito do percurso da pesquisa e da própria questão da Assistência Estudantil, em especial, Luiza Moraes, Rafaela Campos e Viviane Zamboni.

Aos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais que prontamente contribuíram para essa pesquisa, compartilhando generosamente de suas experiências e cotidiano profissional.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a relevância da "Política de Assistência Estudantil" para a permanência e para a conclusão do curso pelos discentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) na modalidade integrada. O *lócus* de pesquisa foi o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), *campus* Congonhas. No percurso deste trabalho, abordamos o conceito da Assistência Estudantil (AE), compreendendo sua trajetória e institucionalização das ações de atendimento ao discente. A Política de Assistência Estudantil (PAE) tem por objetivo desenvolver ações que contribuam para a permanência e para a conclusão do curso dos discentes matriculados nas instituições federais de ensino. Realizamos um levantamento das ações de Assistência Estudantil desenvolvidas no cenário do IFMG, assim como a legislação que regula as ações executadas pela PAE no âmbito institucional e federal. Buscamos comparar as demandas dos discentes da EPTNM, incluídos nos programas executados pela PAE na instituição, com os marcos legais dessa política.

Como procedimentos metodológicos, recorremos à abordagem qualitativa, lançando mão da pesquisa bibliográfica e documental e, no que se refere à coleta de dados, utilizamos a aplicação de questionários e de entrevistas semiestruturadas. Como principais resultados, destacamos que a Assistência Estudantil possui um importante papel para a permanência dos discentes, em especial dos que demandam os programas de bolsas como meio de manutenção no curso. No que se refere aos discentes da EPTNM, as demandas apresentadas, especialmente, no tocante ao transporte, alimentação e moradia estudantil, muito se assemelham às áreas delineadas pelo PNAES para atendimento, guardadas as devidas especificidades da EPTNM.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; PNAES; IFMG.

ABSTRACT

This research aims to analyze the relevance of the Student Assistance Policy for the permanence and completion of the course by the students of the Technical Professional Education of Middle Level (EPTNM) in the integrated modality. The research *lócus* was the Federal Institute of Science and Technology of Minas Gerais (IFMG), *campus* Congonhas. In the course of this study, we approach the concept of Student Assistance (AE), understanding its trajectory and institutionalization of the actions of attendance to the student. The Student Assistance Policy (PAE) aims to develop actions that contribute to the permanence and completion of the course-enrolled students in the federal educational institutions. We carried out a survey of the Student Assistance actions developed in the IFMG scenario, as well as the legislation that regulates the actions performed by the PAE in the institutional and State framework. We sought to compare the demands of the EPTNM students, included in the programs implemented by PAE in the institution, with the legal frameworks of this policy.

As methodological procedures, we used the qualitative approach, using bibliographical and documentary research, as far as data collection is concerned, we used the application of questionnaires and semi-structured interviews. As main results, we highlight that the Student Assistance has an important role for the students' stay, especially those who require the scholarship programs as a means of maintaining the course. With regard to EPTNM students, the demands presented, especially regarding transportation, food and student housing, many resemble the areas outlined by the PNAES for service, keeping the specific specificities of the EPTNM. Thus, highlighting the need for a legislation that assures Student Assistance for the EPTNM and, besides regulating actions, specifies its source of funding.

Keywords: Student Assistance; PNAES; IFMG.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição dos *campi* do IFMG..... 56
Quadro 1 – Auxílios concedidos pela AE..... 60
Quadro 2 – Bolsas por mérito acadêmico..... 61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção intelectual sobre a Política Estudantil 2008 – 2016..... 15

Tabela 2 – Produção intelectual – Teses e Dissertações sobre a Política Estudantil 2008 – 2016..... 15

Tabela 3 – Valores referentes às categorias de benefícios e respectivos períodos de vigência 62

Tabela 4 – Número de discentes conforme a faixa etária..... 64

Tabela 5 – Número de discentes conforme a Raça/Cor/Etnia..... 65

Tabela 6 – Números de discentes conforme a Escola de Origem..... 65

Tabela 7 – Renda familiar..... 66

Tabela 8 – Escolaridade dos pais e/ou responsável..... 67

Tabela 9 – Atividade extraclasse..... 68

LISTA DA ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
ES	Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação
NASIFMG	Núcleo de Assistentes Sociais do IFMG
PAE	Política de Assistência Estudantil
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Cientifica e Tecnológica
SPE	Secretaria de Política Estudantil
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNES	União Nacional dos Estudantes Secundaristas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

1.1 ABORDAGEM DA PESQUISA 14

1.2. OBJETIVOS 18

1.3. METODOLOGIA 18

1.3.1 Instrumentos de Coletas de Dados 19

1.3.2 A Análise dos Dados 20

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 22

2.1 DO ASSISTENCIALISMO À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 23

2.1.1 INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL 27

2.2 HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 35

2.3 MARCO REGULATÓRIO – PNAES 43

2.4 QUAL O LUGAR DA EPTNM NA ATUAL LEGISLAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL? 46

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A RFEPCT 50

3.1 O IFMG 55

3.2 O IFMG – *CAMPUS* CONGONHAS 57

3.3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFMG 57

3.3.1 DISCENTES INSERIDOS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFMG - *CAMPUS* CONGONHAS 63

4.1 DEMANDAS APRESENTADAS PELOS DISCENTES 69

4.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SOB O OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE 71

4.3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SOB O OLHAR DOS GESTORES 73

CONSIDERAÇÕES FINAIS 79

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 90

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – PROFISSIONAIS DA EQUIPE 91

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO (CORPO DISCENTE) 93

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como tema a Política de Assistência Estudantil, cujo objetivo é verificar e analisar suas ações que visam contribuir para a superação dos obstáculos que se apresentam na trajetória dos estudantes. A investigação tem como foco a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), e como *lócus* de pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), *campus* Congonhas.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação oferece atualmente os três níveis de ensino, ou seja, a EPTNM, a graduação e a pós-graduação. Com relação à EPTNM são poucas as pesquisas que se dedicam ao seu estudo, principalmente no que se refere à Assistência Estudantil para estes discentes. Conhecer o contexto, as demandas e as ações que são desenvolvidas permite refletir sobre a concepção e prática, seja profissional e/ou institucional que cooperam para a permanência dos estudantes.

Inicialmente é fundamental tecer uma breve conceituação a respeito da Política de Assistência Estudantil (PAE) que é definida como um conjunto de princípios e diretrizes que balizam as ações dos profissionais na elaboração, execução e monitoramento dessa política. Os principais objetivos são o acesso, a permanência e a conclusão de curso pelos discentes matriculados nas instituições federais de ensino. A aplicação da PAE se dá, sobretudo, nas situações de retenção e evasão, principalmente, no que se refere à insuficiência de condições financeiras de estudantes (FONAPRACE, 2012).

A trajetória e a consolidação da Assistência Estudantil (AE) no interior das instituições federais de ensino está intrinsecamente ligada ao ensino superior. Com o surgimento das universidades no Brasil, as primeiras ações realizadas pelos gestores para viabilizar a permanência dos discentes de baixa condição socioeconômica tinham cunho beneficente e assumiram um caráter de favor e clientelismo, que acabaram por influenciar o início da AE. A partir da redemocratização, na década de 80 do século XX, as discussões ancoradas na concepção de direito social impulsionaram o debate no interior dessas instituições no que se refere ao acesso e à permanência dos discentes.

O esforço empreendido pelos profissionais, pelos discentes e pelos gestores em busca de uma política de Estado que se comprometa com a finalidade da AE resultaram no marco legal que, atualmente, regula e orienta a implementação e a execução da AE nessas instituições. Promulgado em 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência

Estudantil (PNAES) elenca as principais áreas de atuação da AE, visando atender o estudante em suas demandas.

O PNAES tem como público-alvo os discentes da graduação, como expresso em seu texto, pois visa "ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal" (BRASIL, 2010). Sendo assim, o decreto não contempla os estudantes dos cursos técnicos de nível médio ofertados por essas instituições por meio de suas Escolas Técnicas e demais instituições vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Entretanto, essa lei é o referencial que os profissionais da AE dessas instituições utilizam para subsidiar a elaboração dos programas e projetos desenvolvidos junto aos discentes da EPTNM.

Para os gestores das instituições de ensino, minimizar e/ou erradicar a retenção e evasão é um desafio diante da complexidade que envolve essa tarefa, visto que são distintos os motivos que levam o estudante a abandonar o curso ou ser reprovado. Entre esses motivos encontram-se os de ordem socioeconômica, que demandam ações efetivas e recursos orçamentários para os programas de bolsas e/ou auxílios.

No que diz respeito à organização do texto desta pesquisa, este foi estruturado em quatro capítulos mais as considerações finais. O primeiro capítulo refere-se à "Introdução"; o segundo tem como propósito compreender o conceito e a finalidade da Política de Assistência Estudantil (PAE). Para tanto, apresenta uma breve discussão do conceito e concepção de política pública, de inclusão social e um histórico da AE.

Em relação à política pública, Sposati (2002) afirma que as ações formuladas devem atender às necessidades sociais apresentadas pela sociedade. Além disso, autores como Yasbek (1993), Nascimento (2012) e Cislaghi e Silva (2012) chamam a atenção para o cuidado que se deve observar na formulação e na execução de políticas públicas para que estas não assumam um caráter assistencialista apoiadas no favor e no clientelismo. Para eles, as ações desenvolvidas na esfera da AE devem ser pautadas na concretização do direito à educação, como expresso na Constituição Federal de 1988 em seus artigos 205 e 206[1].

---

[1] Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógica, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V- valorização dos profissionais da educação escolar, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI –

Do mesmo modo é abordado o conceito de inclusão social, que se constitui um dos objetivos dos Institutos Federais (IFs) que coaduna com a finalidade da PAE. Boneti (2006) afirma que a noção de inclusão social está intimamente ligada à de exclusão social, enquanto Borba e Lima (2011) mostram que ambas estão relacionadas ao conceito de vulnerabilidade social em toda a sua complexidade. Para compreensão da inclusão/exclusão social, este estudo também se ancora em autores como Leal (2004), Pereira (1984), Paoli (1974), Castel (2009), entre outros.

No tocante ao histórico da AE, o capítulo apresenta as legislações que regulam e direcionam sua execução, ressaltando que o Decreto 7.234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), não contempla os discentes matriculados na EPTNM.

O terceiro capítulo visa apresentar o levantamento documental relativo à origem, à concepção, à criação e à implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com especial atenção ao *lócus* desta pesquisa: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), *campus* Congonhas.

Para tanto, é explicitada a trajetória da Educação Profissional e Técnica no Brasil, iniciada ainda no período colonial e que, atualmente, no âmbito da educação federal, possui uma ampla rede com instituições de ensino em todo o território nacional. O capítulo objetiva ainda conhecer a Assistência Estudantil, já implementada no IFMG, suas ações e programas para resposta aos discentes que demandam atendimento.

O capítulo quarto é fruto das pesquisas realizadas em campo. Nele, é apresentado o resultado das informações advindas dos questionários aplicados aos discentes e das entrevistas realizadas com os profissionais das equipes e gestores da AE. Além disso, verifica-se se as demandas elencadas pelos discentes da EPTNM, através dos questionários, estão em consonância com as áreas previstas para atendimento no PNAES.

Feita a pesquisa bibliográfica, documental e o levantamento dos dados no *lócus* de pesquisa, as considerações finais objetivam uma análise das possibilidades e limitações da Assistência Estudantil frente às demandas apresentadas pelos discentes da EPTNM do IFMG, c*ampus* Congonhas.

---

gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade; VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1998).

1.1 Abordagem da Pesquisa

Com o objetivo de investigar o tema proposto, foi realizado um levantamento documental e bibliográfico. Foram consultadas as seguintes fontes: Banco de Teses da Capes[2], Banco de Dissertações do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)[3], Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)[4], Trabalhos publicados nos GTs[5] da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)[6]. Além das mencionadas fontes, foram consultados os principais periódicos na área da educação e do serviço social: *Educação & Sociedade*[7], *Trabalho & Educação*[8], *Revista Brasileira de Política* e *Administração na Educação* (RBPAE)[9], *Revista Brasileira de Educação*[10], *Educação em Revista*[11] e *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*[12], O recorte temporal para a pesquisa foi definido tomando como referência o ano de criação dos institutos – ou seja, de 2008 a setembro de 2016.

Para a pesquisa bibliográfica, nos periódicos selecionados, optou-se por consultar todos os artigos listados no sumário de todas as publicações, assim como os trabalhos apresentados nas reuniões anuais da ANPEd, utilizando as palavras-chaves: "política estudantil", "assistências estudantil", "permanência escolar" e "PNAES". O resultado do levantamento foi organizado na Tabela 1 conforme segue:

---

[2]Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 05 set. 2016.

[3]Disponível em: <http://www.posgraduacao.cefetmg.br/cefet-mg-ppget/index.php/pt/dissertacoes>. Acesso em: 07 set. 2016.

[4]Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 07 set. 2016.

[5]Os Grupos de Trabalho pesquisados foram: GT Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos, GT Estado e Política Educacional, GT Trabalho e Educação, GT Política da Educação Superior, GT Educação Especial, GT Educação e Relações Étnico-Raciais, GT Gênero, sexualidade e Educação.

[6]Disponível em: <http://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho>. Acesso em: 07 set. /2016.

[7]Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0101-7330&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2016.

[8] Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/revistas/index.php/trabedu>. Acesso em: 26 ago. 2016.

[9] Disponível em: <http://www.anpae.org.br/website/publicacoes/revista-da-anpae>. Acesso em: 31 ago. 2016.

[10] Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-2478&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 ago. 2016.

[11]Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-4698&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 set. 2016.

[12]Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT>. Acesso em: 07 set. 2016.

Tabela 1 – Produção intelectual sobre Política Estudantil 2008-2016

Fonte	Total Geral de Publicações	Relativa à Política Estudantil
Educação & Sociedade	290	00
Trabalho & Educação	219	00
RBPAE	224	01
Revista Brasileira de Educação	316	00
Educação em Revista	323	00
Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica	61	00
ANPEd	2862	52
Total	4295	53

Fonte: Elaborado pela autora a partir de acesso aos periódicos indicados

Para levantamento nos sites de bancos de teses e dissertações, foram utilizadas as palavras-chaves: "política estudantil", "assistência estudantil", "permanência escolar" e "PNAES", com o objetivo de direcionar a busca dentro do tema proposto.

Tabela 2 – Produção intelectual – Teses e Dissertações sobre Política Estudantil 2008-2016

Banco de Teses e Dissertações	Palavras-Chave				
	Total	Política Estudantil	Assistência Estudantil	Permanência escolar	PNAES
CAPES	236	00	165	16	55
CEFET-MG	01	00	01	00	00
BDTD	382	04	257	25	96
Total	619	04	423	41	151

Fonte: Elaborado pela autora a partir do acesso aos periódicos indicados.

Após o levantamento bibliográfico e a seleção dos trabalhos, seguiu-se a leitura com o objetivo de avaliar as propostas de pesquisa e resultados encontrados, no intuito de dialogar com os pesquisadores sobre o tema em perspectiva.

Dentre os trabalhos analisados pode-se destacar o de Oliveira (2015), que desenvolveu sua pesquisa no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). A autora buscou apreender os sentidos e as relações que o estudante incluído no programa de bolsas e os gestores da Secretária de Política Estudantil (SPE) têm a respeito da permanência

escolar, os programas e as ações desenvolvidas. A pesquisa apontou que os discentes compreendem a importância do programa de bolsas para a permanência, principalmente porque, diante da necessidade financeira, a inserção no programa possibilita a dedicação aos estudos. Também pontuou a necessidade de um espaço de diálogo entre estudantes e a SPE, setor responsável pela Assistência Estudantil. Os gestores ressaltaram os avanços que a PAE obteve nos últimos anos, embora seja necessário o engajamento de todos os atores para que a assistência ao estudante se torne uma política institucional e de Estado.

Nesta esteira foram identificados, entre os trabalhos pesquisados, os de Taufick (2013) e Nascimento (2014), que igualmente pesquisaram a EPTNM. Kowalski (2012) e Pinto (2015), que desenvolveram seus estudos sobre a Assistência Estudantil no ensino superior, que contribuem com dados para esta pesquisa.

A dissertação de Taufick (2013) objetivou analisar a PAE nos Institutos Federais sob a orientação do PNAES para atendimento dos estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Ele analisou os princípios, os objetivos, os critérios e as modalidades de concessão dos benefícios. Os sujeitos da pesquisa foram os discentes matriculados nos cursos do PROEJA. A pesquisa buscou identificar a implantação e a consolidação da assistência estudantil nos 38 IFs e constatou que 30 Institutos Federais já haviam regulamentado a AE em seus *campi*. Pontuou também a necessidade de estabelecer um Programa de Assistência Estudantil que esteja em consonância com a Rede Federal de Educação Profissional, Cientifica e Tecnológica, principalmente em relação à educação básica no que se refere ao ensino médio.

Já a dissertação de Nascimento (2014) buscou identificar e explicitar as dificuldades postas para a implementação da PAE nos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, frente ao processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). A ampliação da rede e, consequentemente, o aumento no número de vagas não vieram acompanhados do devido investimento de recursos financeiros para a execução dos programas de permanência voltados para o atendimento ao aluno de baixa condição socioeconômica, uma demanda que também cresceu juntamente com a RFEPCT.

A tese de doutorado de Kowalski (2012) teve como finalidade investigar de que modo a política educacional de assistência estudantil se efetiva na garantia de direitos aos discentes que ingressam nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A pesquisa mostrou que as

medidas adotadas pelo governo nas últimas décadas têm efeito sobre a contrarreforma universitária, retraindo as políticas de educação superior, fazendo com que se tornem mais diversificadas, flexíveis e competitivas com a redução dos investimentos, atendendo a orientação do mercado. Nesse sentido, a AE passa a ser concebida como serviço e não como direito. Assim, a AE é percebida como as demais políticas públicas, que tem em vista o ideário neoliberal, abrindo caminho para o questionamento sobre a concepção e a forma de efetivação dos direitos sociais.

A tese de doutorado de Pinto (2015) buscou compreender a institucionalidade da Política de AE na Universidade Federal Fluminense (UFF) num contexto de expansão e reestruturação da universidade e, ainda, conhecer as perspectivas dos discentes participantes da AE que buscam o apoio institucional para a viabilização de sua permanência no ensino superior. O estudo revelou que o aumento de vagas, proporcionado pelo decreto do REUNI e pela implantação do PNAES, promoveu uma ampliação da demanda estudantil pelas bolsas assistenciais ofertadas pela UFF. Ainda que o recurso financeiro do governo federal destinado a AE tenha aumentado, não correspondeu à demanda, principalmente aquela advinda dos *campi* do interior do estado. O aparato técnico-administrativo destinado à seleção dos candidatos às bolsas sofreu alteração e, segundo o que foi observado a partir das respostas dos estudantes, contribuiu para dificultar a participação no processo de seleção para as bolsas. Ainda assim, na perspectiva dos estudantes, o recebimento da bolsa é a oportunidade de continuar cursando o ensino superior, pois de outra forma seria necessária a evasão.

Os estudos de Canesso (2016), Oliveira (2015) e Dore e Lücher (2011) apontam que a permanência ou a evasão escolar depende de um conjunto de fatores, sejam eles individuais, referente ao próprio estudante e ao seu percurso escolar, ou institucionais, abrangendo a escola, a família e o grupo de amigos, o que demanda um comprometimento institucional. Portanto, para que as ações sejam efetivas, tanto no âmbito do programa de bolsas quanto no atendimento psicossocial, é necessário que a AE seja compreendida como uma política institucional e não somente como uma assistência pontual ao discente.

O levantamento documental e bibliográfico realizado aponta que a AE já foi implementada na grande maioria dos Institutos Federais de Educação, embora estejam em fase de consolidação. E nessa fase está em pauta, para discussões nas instituições que compõe a RFEPCT, os princípios, finalidades, público e matriz orçamentária da Assistência Estudantil, entre outros assuntos.

Entretanto, nesses estudos foram observadas lacunas que esta pesquisa busca preencher, principalmente no que se refere às ações executadas pela AE para atendimento aos discentes da EPTNM, ressaltando que essas ações têm como referência uma legislação do ensino superior. A indagação é se essas demandas são as mesmas elencadas nas áreas de atendimento do PNAES. E, na falta de uma legislação que contemple a EPTNM, como as instituições se organizam em relação ao orçamento para atendimento dessas demandas.

1.2. Objetivos

Para responder às indagações que se colocam até aqui e outras que surgiram ao longo da pesquisa, este estudo teve como objetivo geral analisar a relevância da PAE, suas possibilidades e limitações para a permanência e conclusão do curso pelos discentes da EPTNM. Na análise realizada, foram considerados os avanços que a PAE já alcançou em seu processo de consolidação e também os pontos que ainda permanecem frágeis e demandam esforços para que a AE cumpra sua finalidade.

Diante disso, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: (1) identificar a legislação que regula as ações executadas pela Política de Assistência Estudantil no âmbito institucional e do Estado; (2) identificar as ações realizadas pela Assistência Estudantil no IFMG, *campus* Congonhas, como referência para o estudo da execução de programas e projetos; e (3) comparar as demandas dos discentes da EPTNM, incluídos nos programas executados pela Política de Assistência Estudantil na instituição, com os marcos legais dessa política, os quais foram construídos historicamente, tendo como referência o ensino superior.

1.3. Metodologia

Tendo em vista os procedimentos, instrumentos e sujeitos da pesquisa realizada, esta investigação foi desenvolvida, predominantemente, a partir da abordagem qualitativa. Em geral, a pesquisa qualitativa é definida em contraposição à pesquisa quantitativa, que utiliza os dados mensuráveis, quantificáveis, para fundamentar a análise. Por isso, a pesquisa qualitativa, ainda que utilize dados mensuráveis, busca ir além dos números para visualizar os aspectos subjetivos dos sujeitos ligados a essas informações (GONÇALVES, 2003). Chizzotti (2006, p.221), por exemplo, aponta que

> [...] a pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise [...] adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar sentido desse fenômeno, quanto interpretar os significados que as pessoas dão a ele.

A pesquisa qualitativa é definida por Lüdke e André (2012, p. 11) como sendo uma pesquisa que tem o "ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento". Afirmam ainda que os "dados coletados são predominantemente descritivos" e que a "preocupação do processo é muito maior do que com o produto".

Dessa forma, a pesquisa realizada juntos aos discentes que são atendidos pela AE, assim como as entrevistas com os profissionais, permitiu apreender a realidade que cerca esses sujeitos, agregando aos dados coletados informações que estão implícitas nessas relações.

Definiu-se como *lócus* de pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), *campus* Congonhas, escolha motivada pelo fato de o IFMG já possuir a AE instituída em todos os seus *campi*, atendendo tanto o ensino superior quanto a EPTNM.

A pesquisa teve como sujeitos os discentes, os gestores e os profissionais que compõem a equipe de AE. Os alunos que foram convidados para participar da pesquisa estavam matriculados em um dos cursos técnicos integrados do *campus* e participavam dos programas de bolsas da Assistência Estudantil.

De acordo com as informações disponibilizadas pela equipe da AE, 40 alunos atendiam a estes critérios e todos eles foram convidados a participar da pesquisa[13], sendo que 26 alunos compareceram e responderam o questionário. Foram entrevistados também os profissionais responsáveis pela elaboração e execução das ações da Assistência Estudantil no âmbito do IFMG.

1.3.1 Instrumentos de Coletas de Dados

Para o levantamento de dados junto aos discentes, foi aplicado um questionário com intuito de elencar as demandas por eles apresentadas para a permanência na instituição até a

[13] Todos os alunos matriculados nos cursos da EPTNM e inseridos nos programas de bolsas foram convidados a participarem da pesquisa. A solicitação foi feita por e-mail e pessoalmente pela equipe da AE em sala de aula.

conclusão do curso. O questionário dispunha de 57 questões fechadas e uma questão aberta, todas ligadas as áreas apontadas pelo decreto do PNAES para atendimento ao discente[14].

Para levantamento dos dados junto aos profissionais da equipe de AE, foram realizadas entrevistas semiestruturadas[15] que, para Triviños (1987, p. 152), permitem questionamentos básicos que são ancorados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. As respostas a tais questionamentos podem levar a novas hipóteses que levam em conta, obviamente, "[...] a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações", atento e consciente das possibilidades que podem surgir nesse processo.

1.3.2 A Análise dos Dados

Para a análise dos dados, realizou-se uma articulação entre aqueles coletados a partir dos questionários e das entrevistas semiestruturadas e os referenciais teóricos da pesquisa. O tratamento dos dados obtidos foi realizado por meio da análise de conteúdo que, segundo Setúbal (1999, p. 75), tem por objetivo "ultrapassar as evidências imediatas, à medida que busca a certeza da fidedignidade das mensagens socializadas e a validade da sua generalidade; aprofundar, por meio de leituras sistemáticas, a percepção, a pertinência e a estrutura das mensagens". Isso implica em considerar uma definição de análise de conteúdo como

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 37).

Esse conjunto de técnicas, pode-se dizer, inicia-se com ampla leitura da temática proposta a fim de atingir um nível mais aprofundado. Ou seja, apreender os significados para além dos explícitos; atingir esse nível a análise de conteúdo "relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados" (MINAYO, 1998, p. 203).

> Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial

[14] Para acesso ao roteiro do questionário, conferir os Apêndices.

[15] Cf. Apêndices para acesso ao roteiro das entrevistas.

> de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de 'desocultação', responde a esta atitude de *voyeur* de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor cientifico (BARDIN, 2004, p.7).

A análise de conteúdo tem por objetivo transpor a esfera descritiva. Como afirma Bardin (2004, p. 33): "[...] o interesse não reside na descrição de conteúdos, mas, sim, no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a 'outra coisa'".

> A tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação, mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista do conteúdo das comunicações não é, ou não unicamente, uma leitura 'a letra', mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes ou de significados (manipulados) outros 'significados' de natureza psicológica, sociológica, política histórica (BARDIN, 2004, p. 41).

Portanto, a análise de conteúdo possibilita que, ao tratar os dados coletados à luz do referencial teórico, as inferências ultrapassem a esfera superficial, permitindo uma melhor compreensão do papel da Assistência Estudantil na permanência dos discentes na instituição até a conclusão do curso.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Neste capítulo, objetiva-se compreender a finalidade da Política de Assistência Estudantil (PAE) no interior das Instituições Federais de Ensino, isto é, conhecer seu percurso e a institucionalização das ações de atendimento ao discente, além de abordar a concepção de assistência e políticas públicas que norteiam os princípios e diretrizes na assistência ao estudante.

A PAE está inserida nas Instituições Federais de Ensino e tem como finalidade contribuir com a trajetória dos estudantes, buscando a superação dos obstáculos postos ao desempenho acadêmico, gerando oportunidade para que se desenvolvam durante seus estudos, reduzindo, dessa forma, o índice de evasão e o de retenção. É definida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) como:

> Um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE, 2012).

Cavalheiro (2013, p. 30) considera que a "[...] finalidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil é apoiar, através de recursos financeiros e/ou por meio de outros serviços que se mostrem necessários, os estudantes de baixa condição socioeconômica". O objetivo, como apontado pelo FONAPRACE é que os discentes obtenham êxito em seu percurso acadêmico minimizando a retenção e a evasão.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) subsidiada pelos estudos realizados pelo FONAPRACE, em 2004[16], aponta que entre as causas de evasão e retenção estão às dificuldades socioeconômicas de um expressivo número de estudantes. Dessa forma, considera que as ações articuladas para "a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida" (ANDIFES, 2007, s/p) são extremamente importantes. Além disso, afirma que

[16]O FONAPRACE realizou uma pesquisa junto aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em todo o território nacional. Os resultados possibilitaram identificar as principais questões apresentadas pelos estudantes como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde, que se tornaram áreas prioritárias para atuação e investimentos.

> para a elaboração de projetos na área de assistência estudantil, é essencial reconhecer que, no Brasil, grande parte da população vivência diversas formas de segregação e condições de miséria, que variam de intensidade. Há um enorme contingente de jovens que não tem oportunidade de educação, de cultura, de lazer e condições mínimas de moradia e de saúde (ANDIFES, 2007, s/p).

Segundo Arruda (2008), os discentes que acessam a escola no Brasil, formam um público heterogêneo e que expressa as diversidades e as desigualdades sociais no país. Dessa forma, torna-se necessária a ampliação do acesso, mas também a articulação de estratégias de permanência, pontuando que "[...] no plano das políticas públicas se impõe a necessidade de criar condições para que os filhos das classes populares permaneçam na escola" (ARRUDA, 2008, p. 7). Corroborando essa afirmação, Cavalheiro expressa que

> a Assistência Estudantil, situada nesse contexto desafiador, objetiva melhorar as condições de permanência do estudante que dela necessitar. Porém, a permanência daqueles que conseguiram acessar os bancos acadêmicos é um divisor de águas na efetivação do direito à Educação na forma plena. São diversos os fatores que fazem parte dessa equação: defasagem escolar, cursos diurnos, carga horária dos cursos, deslocamentos territoriais, condições materiais de vida que impliquem na necessidade de o estudante ingressar no mundo do trabalho formal ou informal, dentre inúmeras outras (2013, p. 50).

Como exposto a finalidade, assim como os objetivos da Política de Assistência Estudantil, são desenvolver serviços e programas que contribuam para a efetivação do direito à educação. Essa concepção é fundamental para que a execução dessas ações não aconteça no âmbito do favor e da benesse.

2.1 Do assistencialismo à assistência estudantil

A assistência estudantil (AE), realizada no contexto das Instituições Federais de Ensino, a rigor, é materializada por meio das políticas públicas formuladas a partir do Ministério da Educação (MEC). Entender o que vem a ser política pública é, então, elemento fundamental para compreender, como dito anteriormente, os princípios e objetivos que direcionam as tomadas de decisões quanto à assistência ao discente.

Nesse sentido, é importante, inicialmente, entender o conceito de política. Pereira (2009, p. 87) apresenta dois significados principais para esse termo: "um sentido mais geral, referente aos temas clássicos da política, como eleições, voto, partido, parlamento, governo. [...], há, também, um sentido mais recente e restrito, que se refere às ações do Estado face às demandas e necessidades sociais da sociedade".

O termo política, de origem grega, estava ligado a *polis*, ou seja, à cidade. Apontava para toda a atividade humana que estava associada à vida social, pública e cidadã. Dessa forma, um dos elementos principais da política é o fato de que

> [...] desde os seus primórdios, a política constitui uma relação entre pessoas diferentes ou desiguais, tendo por isso caráter conflituoso. [...] Contudo, é justamente por ser conflituosa (e contraditória), que a política permite a formação de contra poderes em busca de ganhos para a comunidade e de ampliação da cidadania. É por meio da luta política que a cidadania se amplia e amadurece (PEREIRA, 2009, p. 88, 91).

A política abrange as atividades formais, como as leis estabelecidas, e informais, a exemplo de negociações e diálogos. Essas articulações se dão num âmbito de correlações de poder e objetivam resolver os conflitos gerados por interesses contrários no que diz respeito a bens e assuntos públicos (PEREIRA, 2009). O termo "pública, que sucede a palavra política, não tem identificação exclusiva com o Estado" (PEREIRA, 2009, p. 94), está relacionado na verdade, "com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é, *res* (coisa), *publica* (de todos)" (PEREIRA, 2009, p. 94). Portanto, a política pública envolve tanto o Estado quanto a sociedade em sua elaboração e execução (PEREIRA, 2009).

Comumente, a expressão "políticas públicas" é entendida como um conjunto de decisões e ações que envolvem o Estado e a sociedade civil, com o intuito de atender a uma necessidade reconhecida socialmente como uma demanda e que precise da intervenção do Estado na sociedade. Para Kowalski (2012, p.41), "a construção de uma política pública é pautada nos interesses comuns da sociedade, regulada pela organização estratégica do Estado que intervém nas relações sociais".

A elaboração de políticas públicas não acontece, portanto, de forma espontânea. É resultante de uma série de ações voltadas ao atendimento das necessidades apresentadas pelos sujeitos, tendo em vista a responsabilidade e o engajamento político e social de quem as projeta e formula. Pastorini (1997, p. 97) coloca que a formulação das políticas "[...] não podem ser pensadas como produto de uma relação unilinear, onde o movimento parta do Estado para a sociedade civil ('concessão'), ou vice-versa, da sociedade civil para o Estado ('conquista')", porém, é fruto de uma relação dialética e contraditória, resultado de lutas que envolvem diferentes setores da sociedade.

> Assim, este complexo processo tem como ponto de partida as necessidades dos sujeitos, parte das quais transformam-se em demandas que serão reivindicadas perante os organismos e instâncias competentes, valendo-se das mobilizações e pressão dos setores interessados, constituindo, dessa forma, verdadeiras lutas entre

> diferentes classes sociais e setores de classes em pugna e confrontados na defesa de interesses diversos e até antagônicos. Esse processo, perpassado pelas lutas de classes, leva a uma instância de negociação, momento no qual cada uma das partes envolvidas obtém ganhos e perdas (PASTORINI, 1997, p. 98).

As políticas públicas visam atender as reivindicações de um grupo que demanda soluções para uma necessidade coletiva. Pereira (2011, p. 174) afirma que "por ser pública [...], ela, assim como todas as suas espécies (aí incluída a política social), tem dimensão e escopo que ultrapassam os limites do Estado, dos coletivos ou corporações sociais e, obviamente, do indivíduo isolado". Dessa forma a política pública:

> (a) Constitui um marco ou linha de orientação para ação pública, sob a responsabilidade de uma autoridade também pública (um organismo que aloca e administra bens públicos, como saúde, educação, assistência, entre outros) sob o controle da sociedade. É o que na língua inglesa é grafado como *policy* e não mais como *politics*.
> (b) Visa concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis. Ou melhor, os direitos sociais declarados e garantidos nas leis são, de regra, conquistas da sociedade e só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços. São os serviços sociais que tornam evidente uma política pública [...].
> (c) Guia-se pelo interesse comum, ou público, e da soberania popular, e não do interesse particular e da soberania dos governantes.
> (d) Deve visar à satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada (PEREIRA, 2009, p. 95-96).

Segundo Pereira (2006, p. 68), "a necessidade, em geral, não pode ser reduzida a uma simples carência, mas deve ser vista como carência *percebida*, o que implica definição de valores, finalidades e existência de sujeitos envolvidos no seu enfrentamento". São nas necessidades percebidas e socialmente partilhadas que são gestadas as políticas públicas, normas protetoras e os direitos.

Boschetti (2009) salienta que, do ponto de vista estrutural, as políticas públicas possuem elementos fundamentais que esclarecem o seu começo e evolução em uma determinada conjuntura sócio-histórico delineada. O primeiro elemento é a natureza do capitalismo, levando em conta seu estágio de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalecentes. O segundo é a função do Estado na regulamentação, elaboração e implementação das políticas. O terceiro é a conduta das classes sociais na conformação das políticas (BOSCHETTI, 2009).

Dessa forma as políticas públicas são "resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e classes sociais em cada contexto histórico" (BOSCHETTI, 2009, p. 580). Sua análise deve, portanto, buscar superar os aspectos restritos ou unilaterais, que normalmente são utilizados para embasar sua elaboração e implantação de

forma emergencial e focalizada. Como aponta Pereira (2009, p. 96), a política pública é "[...] uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papeis ativos". Dessa forma, é relevante pensarmos qual assistência ao estudante está sendo proposta pela Política de Assistência Estudantil, já que as ações devem visar ao atendimento do estudante diante das necessidades que estes enfrentam no cotidiano, para assim não evadirem do curso iniciado.

Yasbek (1993, p. 11) coloca que "[...] toda política social é assistencial na medida em que se propõe a prover uma necessidade". Portanto, no que tange à Política de Educação "a assistência estudantil é uma das ações assistenciais previstas pelo Estado, através dos seus órgãos de representação (nesse caso, o Ministério da Educação/MEC)" (NASCIMENTO, 2012, p. 148).

É importante ressaltar que o caráter assistencial atribuído às políticas públicas não deve ser confundido com o assistencialismo entendido como "cultivo do problema social sob a forma de ajuda" (DEMO, 1994, p. 20). Nascimento (2012, p.149) aponta que

> [...] no caso brasileiro, o entendimento da dimensão assistencial da política social sofreu distorções históricas: sua lógica estruturadora esteve distante da perspectiva do direito, o que condiz com a especificidade da formação social do país baseada no clientelismo e nas práticas assistencialistas.

Nesse sentido, Yasbek (1993, p. 50) afirma que as políticas sociais no Brasil possuem "[...] um perfil limitado e ambíguo: se apoiam muitas vezes, na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país". As práticas históricas dessas ações acabam por influenciar a própria concepção da dimensão assistencial das políticas públicas, concepção que também se estende à PAE.

> Em outras palavras, a implementação de uma Política de Assistência Estudantil reduzida a benefícios focalizados, emergenciais, destinados a um público específico, é fruto da forma como se configurou o assistencial, no Brasil, nos limites da formação social do país (NASCIMENTO, 2012, p. 151).

Destarte, ao conceber a Política de Assistência Estudantil (PAE) e a formulação de suas ações é necessário que seja observado o caráter assistencial desta política e não as práticas assistencialistas. Para que as ações executadas pela PAE sejam efetivas e assumam a dimensão de direito como expresso no Art. 205 da Constituição Federal: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, [...]" (BRASIL, 1988).

> Na perspectiva difundida pelo Estado, diante de uma dívida social acumulada por séculos, a assistência estudantil resulta da necessidade de criar condições de justiça social para compensar os setores submetidos a difíceis e desiguais condições de existência. O próprio Plano de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica revela essa concepção ao pretender, através da criação dos Institutos, a incorporação de "setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil" (INSTITUTO..., 2008, p. 23). Daí a criação de mecanismos que, na sua concepção, pretendem assegurar a permanência dos estudantes até que alcancem seus objetivos. É isso que, na atualidade, justifica a ênfase conferida à assistência estudantil na agenda pública e sua articulação com a perspectiva de inclusão social contida nesse Plano de Expansão (ABREU, 2012, p. 91).

Corroborando com esta postura, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) afirma que a inserção da Assistência Estudantil na práxis acadêmica e o seu entendimento enquanto direito social "é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado" (ANDIFES, 2007, s/p).

No que diz respeito à concepção de política pública na implementação dos Institutos Federais, suas diretrizes se apresentam comprometidas "com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural etc.)". E também se compromete a "estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo" (BRASIL, 2010a, p. 7).

Este compromisso se expressa no princípio de inclusão social que norteia as ações desenvolvidas nos Institutos Federais. Dentre os seus objetivos, está o de oferecer uma educação profissional a estudantes que sejam provenientes de "setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil" (BRASIL, 2010a, p. 23).

2.1.1 Inclusão/exclusão social

Para Boneti (2006, p. 190) "a noção de inclusão [...] além de guardar consigo o significado original da exclusão, não se pode afirmar que esta palavra se constitua de uma noção ou de um conceito". Para este autor, "trata-se de uma positivação em relação a uma problemática social, a da exclusão". Nessa perspectiva Boneti aponta que

> a noção de exclusão social aparece quando, no contexto social, tornou-se impossível a formalização do vínculo com a produção pela maioria da população, como outrora, quando se permitia a existência de grupos sociais homogêneos. Assim, a noção da exclusão social aparece exatamente no momento em que o sistema econômico quebra esta homogeneidade, impondo um processo de individualização. Neste caso os "excluídos", segundo Robert Castel (2006), não constituem, a bem da verdade, um grupo homogêneo. São mais precisamente coleções de indivíduos separados de seus pertencimentos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maior parte das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos de existência, etc. (2006, p. 189).

Segundo Borba e Lima (2011), os fatores que identificam a exclusão e inclusão social estão associados à vulnerabilidade[17] social, o que implica um processo multidimensional de indicadores assimétricos no que se refere à oscilação do espaço e do tempo. Entretanto, os autores apontam que há fatores clássicos no que diz respeito à "exclusão (fome, pobreza e desemprego) e inclusão (emprego e justiça social), apesar de antigos, permanecem ainda em evidência na sociedade contemporânea" (BORBA; LIMA, 2011, p. 224).

Leal (2004, p. 1) expõe que o termo exclusão social em alguns casos "indica ruptura de laços sociais, em outros, refere-se a uma forma desvantajosa de inserção na sociedade capitalista, ou ainda à impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos". A autora afirma ainda que "a cada significado da exclusão social, subjaz uma determinada maneira de entender a sociedade". E, portanto, "cada significado implica na construção de uma determinada via de encaminhamento de possíveis soluções para o problema" (LEAL, 2004, p. 1).

Quanto à origem do termo exclusão social, Leal (2004) coloca que pode ser observado nas obras da década de 1960 de Pierre Massí (no ensaio *Os dividendos do progresso*) e de J. Klanfler (no livro *Exclusão Social: estudo da marginalidade nas sociedades ocidentais*), que apresentavam a noção de sobrevivência de uma população "à margem do progresso econômico e da partilha dos benefícios da sociedade Industrial" (LEAL, 2004, p. 3). Entretanto, o marco inicial da expressão é geralmente atribuído a René Lenoir, referente ao livro *Os excluídos: um francês sobre dez* (1974). A obra de Lenoir

---

[17] O conceito de vulnerabilidade refere-se a indivíduos e famílias com perda ou fragilidade de vínculos afetivos, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005).

> não se referia mais a um fenômeno residual e pouco influente sobre o conjunto da sociedade, como nos usos anteriores, mas a um problema que se propagava num ritmo rápido, atingindo cada vez mais pessoas. Exclusão era sinônimo de inadaptação social, que atingia os doentes mentais, toxicômanos, alcoólatras e outros grupos vulneráveis como os migrantes muçulmanos cuja integração era precária (PAUGAM, 1996 *apud* LEAL, 2004, p.3).

No Brasil, nas décadas de 1950 a 1970 o fenômeno da pobreza estava relacionado à noção de marginalidade. Sua análise se apoiava em duas abordagens distintas uma culturalista "voltada para os traços psicossociais dos indivíduos" e outra mais difundida, a estruturalista que caracterizava a marginalidade "como realidade estrutural ligada às contradições do modo de produção capitalista" (FASSIN, 1996 *apud* LEAL, 2004, p. 4) expressa na "carência em relação à inserção no mercado de trabalho, à proteção social, à habitação, á cidadania etc." (FASSIN, 1996 *apud* LEAL, 2004, p. 4).

Pereira (1984) e Paoli (1974) afirmam que a marginalidade era expressa pela falta de integração a alguma dimensão da vida social. Sendo o indicador empírico principal a renda-trabalho, esse era evidenciado pelo baixo número de oportunidade de trabalho formal ou informal. Os autores apontam que outro importante indicador, ainda que secundário, estava relacionado ao consumo como habitação, alimentação, saúde, educação etc.

O uso do termo "exclusão social" teve seu início na década de 1980; entretanto, a sua utilização é amplamente difundida pelos vários segmentos sociais nos anos 1990. Apropriado pelas ciências sociais, torna-se objeto de estudo de vários autores, que abordam o termo sob diferentes conjuntos de significados agrupados por Leal (2004) em três vertentes:

> Entre os autores que elaboram o conceito de exclusão social no Brasil, agrupamos três grandes conjuntos de significados, combináveis entre si: a) ruptura de laços sociais, associada ou não à negação de certas parcelas da população como semelhantes àquelas "incluídas"; b) inserção precária no mundo do trabalho e/ou do consumo; c) não realização da cidadania.
> O primeiro grupo tem maior influência dos pesquisadores franceses e sugere uma abordagem que vai além da explicação da desigualdade das décadas anteriores: trata do problema como um fenômeno novo em seu significado, relacionado à ruptura de laços sociais e fator de uma crise nos fundamentos da sociedade, já presente ou em vias de acontecer.
> O segundo grupo aparece em parte como uma reação ao primeiro, reaproximando-se em vários pontos da noção de marginalidade.
> O terceiro, mais frequente, aborda uma outra perspectiva, relativa à cidadania, que pode estar ligada a qualquer uma das anteriores ou a nenhuma delas (LEAL, 2004, p. 5).

No que se refere à exclusão social como ruptura de laços sociais, essa acontece de formas sucessivas, caracterizadas por situações de precariedade e vulnerabilidade associadas principalmente ao trabalho, às relações comunitárias e familiares. A autora atribui tal vertente

aos brasileiros Escorel (1999) e Nascimento (1994a/1994b) e aos franceses Castel (2009), Paugam (1996), Schnapper (1996) e Xiberras (1994). Nessa vertente a exclusão social é

> um processo porque fala de um movimento que exclui, de trajetórias ao longo de um eixo inserção/exclusão, e que é potencialmente excludente (vetores de exclusão ou vulnerabilidades). Mas é, ao mesmo tempo, um estado, a condição de exclusão, o resultado objetivo de um movimento (ESCOREL, 1999, p. 67).

A abordagem de Escorel (1999) está associada às especificidades brasileiras numa discussão que abrange a dimensão teórica e uma pesquisa etnográfica realizada junto a um grupo que sintetiza a condição de excluídos (adultos moradores de rua). Já os autores franceses, tal como o brasileiro Nascimento (1994), enfatizam as desvinculações com o trabalho, acentuadas pelo elevado índice de desemprego registrado no final do século XX. As distintas ênfases refletem os diferentes contextos da exclusão apontados pelos autores:

> Na França, durante a vigência do Estado de bem-estar-social, concomitante (não por coincidência) a uma situação de pleno emprego, o trabalho era o elemento central ao qual se ancoravam as garantias de plena cidadania. No Brasil, onde as condições de cidadania vêm sendo construídas de modo lento e precário, já antes da década de 80 o emprego formal não se estendia à grande maioria da população e a família ocupou sempre papel central na definição do lugar dos indivíduos na sociedade, de forma que a desvinculação sociofamiliar ganha premência na garantia de proteção aos indivíduos. Assim, sua desagregação torna-se o fator central do processo de exclusão social (LEAL, 2004, p. 6).

Em suma, para esses autores o desfecho da exclusão social é o mesmo "do ponto de vista do individuo excluído, solidão, isolamento e estigma; do ponto de vista da sociedade, ameaça à coesão social" (LEAL, 2004, p. 6). Segundo Castel (2009), a precarização do trabalho "permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação" (CASTEL, 2009, p. 516). Essa realidade compromete a identidade por meio do trabalho, ou seja, os círculos de integração onde se estabelece a identidade coletiva a partir das relações com a comunidade, a família, a vizinhança e as associações sofrem influência da deterioração da condição salarial. Dessa forma, as relações e os vínculos que dão suporte à inserção na sociedade sofrem uma fragilização.

Ao abordar a exclusão social, Castel a caracteriza como um dos efeitos do enfraquecimento da condição salarial, com a centralidade do trabalho, somadas as já mencionadas fragilidades dos laços sociais, aponta para o surgimento de uma nova "questão

social”[18]. Nesse contexto, o autor apresenta três pontos de cristalização: desestabilização dos estáveis, instalação da precariedade e déficit das posições associadas à utilidade social e ao reconhecimento público.

Destarte, o termo marginalidade refere-se àquele que “rompeu as ligações com a sua comunidade de origem. É um desfiliado” (CASTEL, 2009, p. 59). A desfiliação assume, nesse caso, um sentido de processo, de percurso. Assim, para o autor, a exclusão não é o mesmo que marginalização, mas pode levar a ela. De outra forma, “a marginalidade é o efeito de processos combinados de exclusão” (CASTEL, 2009, p. 59).

Nesse sentido, ao abordar o termo inclusão social, Castel (2009) prefere utilizar “inserção social”. Afirma que num contexto de “fortalecimento do liberalismo e pela celebração da empresa, as intervenções do Estado, particularmente no domínio do emprego, são numerosas, variadas e insistentes como nunca foram”. Entretanto, nas intervenções do Estado podem ser observadas mudanças tanto em números quanto em suas modalidades. Essas marcam a “passagem de políticas desenvolvidas em nome da integração para politicas conduzidas em nome da inserção” (CASTEL, 2009, p. 537-538).

> Entendendo, por políticas de integração, as que são animadas pela busca de grandes equilíbrios, pela homogeneização da sociedade a partir do centro. São desenvolvidas através de diretrizes gerais num quadro nacional. É o caso das tentativas para promover o acesso de todos aos serviços públicos e à instrução, uma redução das desigualdades sociais e uma melhor divisão das oportunidades, o desenvolvimento das proteções e a consolidação da condição salarial.
> [...] as políticas de inserção obedecem a uma lógica de discriminação positiva: definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para elas. Porém, se certos grupos, ou certas regiões, são objeto de um suplemento de atenção e de cuidados, é porque se constata que têm menos e são menos, é porque estão em situação deficitária. [...] As políticas de inserção podem ser compreendidas como um conjunto de empreendimentos de reequilíbrio para recuperar a distância em relação a uma completa integração (um quadro de vida decente, uma escolaridade “normal”, um emprego estável etc.). (CASTEL, 2009, p. 538).

---

[18] “Conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...] tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado” (IAMAMOTO, 2008, p. 16-17).

O segundo grupo apontado por Leal (2004) aborda a exclusão como inserção precária, não como sintoma de crise de um dado tipo de sociedade, porém como resultado do funcionamento da organização social.

Nessa esteira, Sawaia (2002) coloca que a exclusão é parte de um processo de contradição; ao mesmo tempo que nega a inclusão, faz parte dela. Assim, "todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência" (SAWAIA, 2001, p. 8).

O autor diz que "a dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades especificas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado". Entendendo que as subjetividades "não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual" (SAWAIA, 2001, p. 9).

Martins (1997, p. 14) afirma que não existe exclusão, mas contradição. Para ele, "no interior do que parece forte e dominante" existe um "nicho de ação eficaz dos frágeis" e as reações desse grupo fazem parte do sistema econômico e de poder, ainda que os negue. Chama a atenção para o que denomina "uma nova desigualdade", resultado da retração das possibilidades de ascensão social.

Demo (1998) considera que, se de fato os excluídos apresentam uma ameaça à ordem social, não devem ser considerados como tal, pois eles integram o sistema. Ressalta ainda que, "se a exclusão atinge a maioria da população torna-se contraditório considerar essa maioria excluída" (DEMO, 1998, p. 20). Entretanto, para Demo (1998), o fenômeno da exclusão social não é novo, pois a situação de pobreza dos indivíduos permanece a mesma de décadas anteriores, assim como alguns fundamentos marxistas ainda dão conta de explicá-la, entre eles

> a ideia do exército industrial de reserva, estratégica para o capitalismo por pressionar os salários para baixo (aplicável àqueles setores em condição de pobreza mas não de total desvinculação do trabalho), e a ideia de *lúmpem proletariado*, próxima da noção atual de excluídos em função de seu não aproveitamento produtivo (LEAL, 2004, p. 9).

A terceira vertente apresentada por Leal (2004) para a exclusão social é expressa a partir da não realização da cidadania. Compreendendo por cidadania o pleno exercício dos

direitos civis[19], políticos e sociais como formulado por T. H. Marshall (1967). Essa vertente não vai de encontro às anteriores, mas se apresenta articulada a cada uma delas, pois é no exercício da garantia de direitos que o acesso à educação, à saúde, à seguridade – entre outros – se materializa.

Ao examinar o termo exclusão social, Nascimento (1994) apresenta três acepções sociológicas. A primeira diz respeito à discriminação social, seja ela racial, sexual, religiosa ou de qualquer outra ordem capaz de afetar sujeitos que, "embora não estejam formalmente excluídos de direitos, suas diferenças não são aceitas e, por vezes, não são toleradas". Já a segunda acepção está relacionada a um grupo social que não tem "integração ao mundo do trabalho".

> Por vezes, esta não integração produz efeitos de não-inserção social. Paugam irá denominá-los de "desfavorecidos" (1992), enquanto Castel irá chamá-los de "desfiliados" (1991). Em grande parte, eles se confundem com o que em alguns países se denomina de "novos pobres". Os efeitos são de discriminação, mas também de exclusão de direitos. Estigmatizados como os anteriores, embora não necessariamente pelas mesmas razões, sofrem o processo específico de não ingressarem no mundo dos direitos ou dele serem expulsos, parcial ou totalmente (NASCIMENTO, 1994, p. 32).

A terceira acepção apresentada por Nascimento (1994, p. 32) é denominada de "nova exclusão" e é atribuída a um grupo social situado "fora do espaço da obtenção de direitos". O autor, utilizando uma frase de Hannah Arendt, os denomina um grupo que passa a "não ter direito a ter direitos'", ou seja, "sem serem reconhecidos como semelhantes, a tendência é expulsá-los da órbita da humanidade".

Sposati (1998, p. 3), ao referir-se ao tema da exclusão social, afirma que este "hoje se confronta diretamente com a concepção de universalidade e com elas a dos direitos sociais e da cidadania. A exclusão é a negação da cidadania". Não considera a exclusão social como um novo fenômeno, porém como algo intrínseco ao próprio processo de acumulação capitalista. A autora compara a exclusão à questão da universalidade de direitos, implícito na concepção de cidadania; pontuando que "a impossibilidade de universalização do emprego é a

---

[19] "O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e os direitos à justiça. [...] Por elemento político, se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. [...] o elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade" (MARSHALL, 1967, p. 64).

primeira grande e universal manifestação de exclusão social sob o capitalismo" (SPOSATI, 1998, p. 1).

Para ela, há uma distinção entre exclusão social e pobreza, entendendo que "a exclusão inclui até mesmo o abandono, a perda de vínculos, o esgarçamento das relações de convívio, que necessariamente não passam pela pobreza" (SPOSATI, 1998, p. 4). Diferencia também pobreza e desigualdade, sendo que a primeira diz respeito ao padrão de vida dos pobres, e a desigualdade a padrões de vida relacionados a toda a sociedade.

No âmbito educacional, as proposições de combate à exclusão social encontram-se num campo de disputa política entre projetos sociais e educacionais contraditórios com distintas concepções. O resultado é um leque de propostas de ações que objetivam a inclusão social. Tais propostas incluem, em especial, a educação profissional "na perspectiva de possibilitar a inserção no mundo do trabalho" (ABREU, 2012, p. 72).

Entretanto, com a disponibilidade de formação oferecida pelo Estado, caso essa inserção não aconteça, a responsabilidade de não-inclusão deixa o âmbito social e passa para o individual. Desse modo

> torna-se tarefa das instituições que oferecem educação tentar tornar a clientela empregável, adequando seus cursos à demanda e incluindo na formação elementos subjetivos capazes de assegurar maior adesão dos grupos às instituições e seus objetivos (PAIVA, 2002, p. 58).

Nesse sentido, Sposati (2000, p. 31) considera que foi atribuída à educação um caráter indenizatório que "[...] supõe o reconhecimento e a restituição das perdas ao desenvolvimento humano causados pela cultura elitista, dominadora, machista e pela subordinação econômica e politica a que o neoliberalismo nos submete como parte dos países emergentes [...]", com a tarefa de "adotar estratégias e políticas capazes de gerar apoios qualificados e diferenciados àqueles que tiveram desvantagens, efetivando seu potencial de desenvolvimento humano".

No que se refere à inclusão social os Institutos Federais em suas diretrizes propõem o estabelecimento de ações que vislumbrem "no trabalho educativo importante instrumento de política social, assumida como aquela voltada para a criação de oportunidades, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades" (BRASIL, 2010a, p. 20).

Daí a necessidade de uma Política de Assistência Estudantil estabelecida e que disponha de recursos para o atendimento ao estudante, tanto no âmbito da prestação de serviços quanto do aporte financeiro por meio dos programas de bolsas, entendendo que as

ações desenvolvidas pela AE visam o acesso e a permanência. Elas contribuem para a inclusão social de uma parcela da população que historicamente ficou à margem do processo de desenvolvimento do país e que de outra forma não teriam como iniciar e concluir o curso numa instituição federal de ensino.

2.2 Histórico da Assistência Estudantil

Historicamente, a AE está vinculada ao ensino superior, com "ações voltadas para o reconhecimento e o atendimento das necessidades materiais daqueles sujeitos que acessam as IFES, apesar do caráter elitista e seletivo do sistema de acesso" (KOWALSKI, 2012, p. 83). Essa trajetória começa com o surgimento das primeiras universidades brasileiras[20] e a criação de Caixas Escolares para atendimento ao aluno pobre[21].

Numa sociedade marcada por profundas diferenças sociais, os estudantes de baixa condição socioeconômica são frequentemente excluídos do acesso a uma educação de qualidade. Os primeiros esforços de minimizar a evasão, principalmente quando a motivação dessa era pela falta de recursos para os estudos, vinha da própria comunidade acadêmica.

Segundo Portes (2003), um exemplo das Caixas Escolares, constituídas para auxílio aos estudantes pobres que conseguiam acessar a universidade, no início do século XX é a Caixa do Estudante Pobre "Edelweiss Barcellos" da antiga Universidade de Minas Gerais (UMG), criada em 9 de junho de 1930 por Mendes Pimentel, primeiro reitor da instituição. Anterior à Caixa Escolar, em 16 de novembro de 1929, Mendes Pimentel criou a Associação Universitária Mineira, composta por estudantes e professores de todas as escolas e faculdades que constituíam a UMG. "Um dos fins dessa sociedade é o de prestar assistência material aos rapazes que dela necessitam" (PORTES, 2003, p. 31). Desta forma o atendimento ao estudante pobre visava a

[20] De acordo com Fávero (1980), no Brasil as primeiras escolas superiores foram constituídas com a chegada da Família Real no Brasil em 1808, sendo instaladas no Rio de Janeiro a Academia da Marinha e os cursos de anatomia e cirurgia. Em 1827 são fundadas as faculdades de Direito de São Paulo (SP) e de Olinda (PE). A autora afirma que as primeiras universidades brasileiras são as Universidades de Manaus e do Paraná, criadas em 1909 e 1912, respectivamente, e que tiveram curta duração. Portanto, é atribuído à Universidade do Rio de Janeiro, instituída por força de um decreto do governo central, o título de primeira universidade brasileira.

[21] As ações de assistência ao estudante nas universidades brasileiras estão vinculadas à criação de Caixas Escolares. Estas contavam com doações de famílias ricas, que contribuíam financeiramente, com o intuito de diminuir a evasão dos alunos pobres (KOWASLKI, 2012).

> assistir os moços necessitados, cujas condições de fortuna serão [...] averiguadas, proporcionando-lhes matrícula gratuita, dando-lhes tratamento em caso de doenças, fornecendo-lhes mesadas, fazendo-lhes empréstimos de honra (que serão pagos quando, no exercício da profissão estiverem os assistidos em situação de fazê-lo) etc. (PORTES, 2003, p. 31).

O apoio fornecido aos estudantes que solicitavam a assistência das Caixas Escolares era pontual, focalizado e precário, pois as Caixas Escolares não contavam com financiamento do Estado e os recursos que dispunham dependiam da desenvoltura de seus diretores para angariar fundos a partir de doações e eventos.

Em 1931 foi criado o Estatuto das Universidades, que tinha como objetivo a organização técnica e administrativa das universidades trazendo em seu bojo um dos primeiros esforços de institucionalizar a assistência aos estudantes pobres que ingressavam na universidade. Promulgado atráves do Decreto nº 19.851/1931, propunha a criação de uma associação de classe intitulada "Sociedade dos Professores Universitários", que previa entre as suas ações medidas de previdência e beneficência destinada ao corpo docente e extensiva assistência aos discentes, conforme o artigo 100, parágrafo 4º:

> As medidas de previdência e beneficência serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitários, e nelas serão incluídas bolças de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recomendem, pela sua aplicação e inteligência, ao auxílio instituido (BRASIL, 1931).

De acordo com Fávero (1980), para que os alunos tivessem acesso às bolsas, conforme estabelecido no Estatuto das Universidades, era preciso que estes atendessem aos critérios estabelecidos pelo conselho universitário, composto por estudantes e professores. Os critérios estavam alicerçados nos méritos de cada estudante e, no caso de pobreza, o estudante deveria comprová-la por meio de "declaração de pobreza", fornecida por institutos assistenciais. Também era observado o comportamento dos estudantes que solicitavam a bolsa, isto é, se de fato condiziam com a pobreza que afirmavam. Em caso positivo, o estudante era beneficiado com o auxílio.

Para captação dos recursos o Estatuto das Universidades prevê em seu artigo 100, parágrafo 3º, a criação da "Caixa do Professorado Universitário" que deveria contar com a "[...] contribuição dos membros da Sociedade, de donativos de qualquer precedência e de uma contribuição anual de cada um dos institutos universitários fixada pelo Conselho Universitário" (BRASIL, 1931).

Nessa esteira, no que diz respeito à legislação, a Constituição Federal de 1934 previa a assistência ao estudante e atribuía ao Estado esta incumbência, o que pode ser notado no

parágrafo segundo do seu artigo 157: “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (BRASIL, 1934). Todavia, não houve empenho na promoção de políticas públicas para que o dispositivo legal fosse materializado e a democratização do acesso não aconteceu, continuando a universidade um privilégio de poucos e a pretensão apenas no papel.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), constituída também na década de 1930, assumiu um importante papel na luta pela assistência ao estudante. Na visão da UNE, grande parte dos discentes que acessavam a universidade possuia baixa condição socioeconômica e dependia de ações governamentais que subsidiassem a educação gratuita e de qualidade para todos (ARAÚJO, 2007).

Segundo o depoimento que Irum Sant’Anna[22] concedeu ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, uma das primeiras ações ligadas ao Movimento Estudantil (ME) foi a fundação da Casa do Estudante do Brasil, que tinha como objetivo auxiliar os estudantes carentes. Segundo ele

> a Casa do Estudante foi instalada no início dos anos 1930, num casarão de três andares, no Largo da Carioca. No primeiro andar havia um restaurante popular, um bandejão, frequentado pelos estudantes pobres da cidade. E também pelos clandestinos – que se faziam passar por estudantes para comer no restaurante, dirigido por Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, recebeu vultosas doações federais, mas continuou sendo essencialmente uma entidade de apoio e solidariedade aos estudantes, sobretudo na capital, sem conotações políticas nem corporativas. O projeto de criação de uma União Nacional dos Estudantes, às vésperas do Estado Novo e sob a chancela do Ministério da Educação, tinha o propósito político de organizar nacionalmente e submeter politicamente a força deste segmento social que começava a se expandir (ARAÚJO, 2007).

O Primeiro Congresso Nacional dos Estudantes foi realizado em agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil e aberto, solenemente, pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema. O apoio do governo na criação de uma representação estudantil despolitizada era visto por muitos como forma de controle. Portanto, vários estudantes desconhecem este I Congresso como data de criação da UNE.

O II Congresso de Estudantes foi realizado em dezembro de 1938, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Nesse evento, os estudantes rompem com a concepção de uma representação estudantil despolitizada e colocam em pauta temas de caráter político,

[22] Irum Sant’Anna, médico geriatra, foi um dos mais antigos militantes do Movimento Estudantil – na época era um estudante de Medicina (ARAÚJO, 2007).

demonstrando a disposição de debater e influenciar nas matérias nacionais. “Com isso, pode-se dizer que, no II Congresso, tem-se o embrião do que virá a ser a articulação das lutas políticas e educacionais do ME em defesa da reforma universitária” (SANTANA, 2014, p. 20).

Os encontros dos estudantes são organizados em congressos, onde são discutidas e aprovadas as metas e os planos de luta, esses são denominados CONUNE (Congresso da UNE). As representações estudantis de todas as regiões do país utilizam deste espaço para trocar experiências, discutir as pautas e elaborar os devidos encaminhamentos que, compilados em documentos intitulados “teses”, dão o direcionamento das atividades (LEITE, 2015).

As reivindicações postas já no II Congresso não destoam das demandas apresentadas pelos discentes nos dias atuais. Mendes Jr. (1982) destaca os principais pontos apresentados pelos estudantes na tese desse congresso:

> Nos considerandos da proposta, grifam os estudantes reunidos em 1938 que a aquisição de cultura ‘é uma aspiração e um direito de todo povo e que as organizações de ensino no Brasil não satisfazem ainda à necessidade de contribuir para a melhoria do nível cultural da população’, afirmando ainda que os métodos educacionais em vigor no País, ‘arcaicos e rotineiros’, eram ‘prejudiciais à formação da mocidade’ e que o estudante brasileiro era, ‘na sua maioria, pobre e desprotegido, financeiramente, moral e intelectualmente’.
> No primeiro ponto da proposta, intitulado ‘Solução para o Problema Educacional’, sugeria-se entre outras coisas, o Ensino Popular Obrigatório, não apenas limitado à alfabetização em massa, mas completando com a integração do indivíduo na comunidade; o Ensino Profissional Intensivo, com a criação de cursos técnicos; e a criação de Cidades Universitárias.
> No item ‘solução para o Problema Econômico do Estudante’, propunha-se a redução gradativa das taxas escolares, até sua complexa extinção, bem como o barateamento de material escolar, livros, transportes e diversões (MENDES JR., 1982, p. 39).

Já na década de 1940 a participação política dos estudantes secundaristas se acentuou. Surge então a União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UNES), fundada em 25 de julho de 1948, no Rio de Janeiro, com apoio da UNE, patrocinadora do congresso de fundação. Organizados em grêmios, tinham uma estrutura ordenada e uma pauta de luta. Entre as suas reivindicações estavam a meia-passagem, a meia-entrada e a luta contra o aumento das mensalidades escolares dos estabelecimentos particulares. Uma luta importante considerando que eram poucos os estabelecimentos de colégios estaduais pelo país (ARAÚJO, 2007).

A luta do Movimento Estudantil por uma educação gratuita, laica e de qualidade esteve na pauta do movimento nas décadas seguintes, e ainda permanece, como aponta Leite (2015, p. 226):

> A reivindicação por democratização do acesso ao ensino superior, por parte dos coletivos estudantis que compunham a UNE, implicava a ampliação da quantidade

> de vagas nas universidades públicas, a criação de novas universidades públicas em todo o país e a reestruturação e a ampliação das já existentes, o aumento dos investimentos na educação superior pública e o fim dos programas que alocavam verbas públicas para as IES privadas. Portanto, a democratização do acesso ao ensino superior, através de uma política que priorize a expansão/reestruturação e interiorização das IFES, aparece como uma das reivindicações do movimento estudantil e se contrapõe à democratização do acesso ao ensino superior pela via privatista.

A mobilização do ME tem por objetivo a luta por uma educação de qualidade, pela democratização do acesso à universidade pública e por uma Política de Assistência Estudantil que contribua efetivamente com a permanência dos estudantes, principalmente os de baixa condição socioeconômica. Esse entendimento é fruto de esforços dos próprios estudantes em ouvir as demandas de seus pares, conforme apresentado no site da UNE:

> [...] entre os meses de abril e maio de 2004, a gestão da UNE colocou o pé na estrada com a chamada 'Caravana UNE pelo Brasil' para ouvir e conhecer de perto as opiniões dos estudantes a respeito da reforma universitária. O resultado da coragem e ousadia da UNE resultou no entendimento por mais políticas de acesso e assistência estudantil, ampliação das vagas e reestruturação das Instituições por meio do Programa de Apoio e Planos de Expansão das Universidades Federais. (UNE, 2004, s.p.).

Todavia, é somente na década de 1980, com o surgimento mais evidente dos movimentos sociais, que o debate sobre o acesso e a pemanência no ensino superior, para a grande parcela da população pobre, retornam à agenda nacional. Na contramão desse processo, outros acontecimentos levaram a que fosse denominada como "a década perdida"[23], principalmente no que tange às questões econômicas, particularmente relacionadas ao aumento do desemprego, do trabalho informal, do empobrecimento e ao desmantelamento dos serviços sociais.

Também naquele momento as universidades federais sofrem fortes investidas contra suas "competências administrativas, didáticas e às suas finalidades" (FONAPRACE, 1993, p. 80), ataques originados por representantes do próprio governo, motivados por forte tendência de privatização do ensino superior.

---

[23] "Os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembrados como período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição de 1988. O recrudescimento do endividamento externo e suas consequências são dados fundamentais para entender o ocaso da ditadura e nosso passaporte para a crise econômica crônica daqueles anos, após o curto tempo virtuoso do milagre. [...] os efeitos da crise do endividamento foram muitos: empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; crise dos serviços sociais públicos num contexto de aumento da demanda em contraposição à não expansão dos direitos; desemprego; agudização da informalidade da economia; favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas" (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 138-139).

A falta de compromisso do governo federal com as universidades e, consequentemente, seu sucateamento, juntamente com a diminuição dos recursos de capital e custeio e a histórica demanda por ações efetivas na viabilização do acesso e permanência postas aos profissionais que já trabalhavam com a assistência estudantil no interior das Instituições Federais de Ensino, levou à necessidade de encontros com o objetivo de debater e refletir sobre o trabalho necessário na área, buscando a articulação, em âmbito nacional, das forças que pudessem consolidar o comprometimento do Estado com a regulamentação e o financiamento da AE.

Desta forma em 1987, foi instituído o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE), composto por pró-reitores e secretários de Assuntos Estudantis das Instituições Federais de Ensino de todo o território nacional. Os documentos elaborados nos encontros são de grande importância, pois apresentam propostas de ações concretas, resultado de pesquisas realizadas com os estudantes pelas equipes de AE, e foram encaminhados ao Ministério da Educação (MEC), subsidiando, em momentos distintos, dispositivos legais que balizaram a AE.

As primeiras reuniões, que antecedem a criação do FONAPRACE, datam de 1983, ainda sob o regime militar. Tinham como objetivo a construção de uma pauta única de propostas a serem apresentadas ao governo federal, com o objetivo de fortalecimento das Instituições Federais de Ensino e foram construídas a partir de encontros regionais do Fórum, a saber: a Promoção de Apoio ao Estudante Universitário (1984, Maceió); Participação e Representação Estudantil (1985, São Luís); Projeto Emergencial de Manutenção dos Restaurantes Universitários do Norte e Nordeste (1985, João Pessoa); Diretrizes e Estratégias Universitárias – Subsídios para um programa do Ministério da Educação (1985, Aracaju). O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária viria a ocorrer em Florianópolis, em 1985 (FONAPRACE, 1993).

O trabalho desenvolvido a partir dos primeiros encontros é de grande relevância, visto que ampliou o diálogo entre as Instituições Federais de Ensino, viabilizou a contrução de ações alinhadas e coordenadas entre elas e orientou a realização de pesquisas junto aos estudantes matriculados em todo o território nacional, sendo que cada instituição se encarregou de mobilizar os alunos para preenchimento de um questionário disponibilizado pelo FONAPRACE. A partir desses encontros iniciais, tornaram-se possíveis a realização de eventos, a elaboração de documentos conjuntos e o início da construção de propostas para uma Política de Assistência Estudantil que contribuísse para a garantia do acesso, da

permanência e para o êxito escolar dos estudantes de baixa condição socioeconômica (CAVALHEIRO, 2013).

Assim, a assistência ao estudante ganhou novo impulso, com as distintas equipes das Instituições Federais de Ensino utilizando o espaço de discussão e reflexão do FONAPRACE, passando a ter ações alinhadas no atendimento ao aluno e uma constante articulação junto à comunidade acadêmica e ao governo em busca de ampliação das vagas.

Nessa perspectiva, a demanda de ampliação de vagas em vários cursos impulsionou o governo a criar programas e leis que contribuíram para o acesso dos discentes, entre eles o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, criado a partir da promulgação do Decreto 6.096/2007[24], a Lei 11.892/2008, que amplia a Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008); e a Lei 12.711/2012, que dispõe sobre a reserva de vagas nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio (BRASIL, 2012).

A expanção da rede federal de educação se efetivou, e novos *campi* ligados às universidades existentes foram construidos, como também a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) que ofertam o Ensino Profissional Técnico de Nível Médio (EPTNM), Ensino Superior (ES) e a Pós-Graduação. Porém, este acesso não é garantia que o discente irá percorrer seus objetivos acadêmicos com êxito. Essa trajetória é muitas vezes interrompida, entre outros fatores, pela falta de recursos financeiros que possibilitem a permanência e a conclusão dos estudos iniciados. Portanto, as ações e os programas executados no âmbito da AE têm o objetivo de contribuir para a diminuição da evasão.

As ações para a permanência dos alunos numa instituição e, consequentemente, o combate à evasão precisam de todos os atores envolvidos desde os próprios alunos e suas respectivas famílias, passando pelos docentes, pelos técnicos administrativos e pela equipe gestora. Dessa forma, para uma resposta efetiva às diversas demandas apresentadas pelos alunos é necessário que a AE seja compreendida e colocada em prática por todos enquanto uma política institucional, com investimento de recursos financeiros e humanos (XAVIER, 2008).

Num intuito de materializar essa concepção os forúns e os encontros do FONAPRACE, tanto os regionais quanto os nacionais, propiciaram a construção de propostas que foram

[24] Cf. Brasil (2007).

encaminhadas ao MEC e à Andifes. Essas proposições subsidiaram a elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil, em 2007, pela Andifes, que tomou como referência a pesquisa realizada pelo FONAPRACE, junto aos discentes, e que

> [...] identificou as dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil como uma das causas da evasão e da retenção. Questões como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde tornam-se demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas IFES. Desta forma, faz-se fundamental a articulação de ações assistenciais para a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida (ANDIFES, 2007, p. 2).

Outro importante documento foi a Portaria Normativa do MEC n. 39 de 2007a, que prevê no parágrafo primeiro do seu artigo terceiro, que as ações da Assistência Estudantil devem considerar "a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras" (BRASIL, 2007a).

Na sequência foi publicado o Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 – Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – que na mesma linha dos anteriores tem como objetivo a regularização das ações da assistência aos discentes (BRASIL, 2010a). Dispõe inclusive sobre as áreas em que as ações deverão ser executadas, em seu Art. 3º, §1º:

> I moradia estudantil; II alimentação; III transporte; IV atenção à saúde; V inclusão digital; VI cultura; VII esporte; VIII creche; IX apoio pedagógico; X acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010a).

Outra importante conquista foi a provisão orçamentária que passa a ser prevista no texto do decreto. A execução das ações, principalmente no que tange aos programas de bolsas de auxílio financeiro ao discente, para o atendimento às suas demandas somente são possíveis com o comprometimento orçamentário, conforme segue:

> Art. 8º: As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010).

Todas as ações são direcionadas por princípios, também construídos no FONAPRACE. Revelam a intencionalidade de se avançar na consolidação dos projetos e uma permanente luta por manter as conquistas já realizadas. O PNAES é regido pelos seguintes princípios:

> 1) Afirmação da educação superior como uma política de Estado; 2) Gratuidade do ensino; 3) Igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES; 4) Formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; 5) Garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; 6) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; 7) Orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania; 8) Defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceito; 9) Pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central (BRASIL, 2010).

O marco regulatório também possibilitou um direcionamento na execução das ações nas distintas Instituições Federais de Ensino. Revelou também a necessidade de ampliação de vagas para os profissionais das equipes, como assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, entre outros, situação essa que impacta, diretamente, na qualidade do atendimento e no efetivo acompanhamento dos discentes, contribuindo para a diminuição da evasão.

A atuação dos profissionais da AE junto aos discentes, para além da execução de programas de bolsas, tem como objetivo que estes sejam protagonistas do processo de aprendizagem compreendendo todo o contexto socioeconômico, político e cultural que os cercam.

No que se refere à educação profissional destinada à formação básica são escassos os registros referentes à assistência ao estudante. Ainda que, historicamente a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices[25] objetivasse oferecer uma formação aos "desvalidos da sorte", como aponta Abreu:

> Apesar da relação intrínseca da Educação Profissional com práticas assistenciais, pouco se obteve em termos de referências históricas sistematizadas a respeito da assistência estudantil nesse contexto. A estrutura das instituições que deram origem aos Institutos Federais, contudo, revelam a existência de ações nesse sentido desde os seus primórdios, marcadas pelo caráter filantrópico e assistencialista que predominaram na assistência social durante muito tempo (ABREU, 2012, p. 90).

2.3 Marco regulatório – PNAES

[25] As Escolas de Aprendizes e Artífices foram criadas em 1909, através do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. Tinha como objetivo conforme seu art. 1º o "ensino profissional primário e gratuito" e conforme registrado em seu art. 6º, o atendimento preferencial aos "desfavorecidos da fortuna: idade de 10 anos no mínimo e de 13 anos no máximo" (BRASIL, 1909).

Os programas, planos e decretos da AE são frutos de intensas negociações entre os atores das Instituições Federais de Ensino e representantes do governo, conforme exposto no tópico anterior. Essas legislações representam um ganho para a AE, pois, em especial, elas viabilizam, por meio do Decreto 7.234/2010, os recursos para o financiamento dos programas (BRASIL, 2010). Outro ganho é o fato de suas diretrizes passarem a ser referência para as ações das diversas equipes, no interior destas instituições, em todo o território nacional.

Com o intuito de conhecer e sistematizar as demandas apresentadas pelos discentes, o FONAPRACE realizou pesquisas nas universidades federais do país. Os dados foram organizados e subsidiaram as discussões para elaboração de estratégias e ações que contribuíssem para a permanência desses estudantes.

A pesquisa foi realizada com 469.378 estudantes, a primeira entre 1996 e 1997 com a participação de 84,62% das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras. A segunda pesquisa foi aplicada em 2003 e 2004 com a participação de 88,68% das instituições. Os dados revelam que 43% dos estudantes são provenientes de famílias pertencentes às categorias C, D e E e os responsáveis pela manutenção da família estão inseridos em atividades que exigem pouca ou nenhuma escolaridade e possuem uma renda média mensal de um salário.

Segundo os dados quase metade dos estudantes das IFES possuem uma baixa condição socioeconômica e desses aproximadamente 70% configuram o público alvo da AE. Essa realidade "[...] ratifica a responsabilidade de uma política de assistência em sua real função acadêmica, social e de convivência universitária" (PAZ, 2012, p. 193).

Os trabalhos empreendidos pelo FONAPRACE possibilitaram uma ampla discussão e a construção de uma proposta que embasou a Portaria MEC n° 39, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, assim como o Decreto 7234/2010. Segundo Vasconcelos (2012, p.105), o marco regulatório representa "a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto direito social voltado para a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público".

O Plano Nacional de Assistência Estudantil elaborado pela Andifes foi aprovado em 2007 e definiu conceitos, base legal, princípios, objetivos, diretrizes, áreas estratégicas de acompanhamento para a AE. Como objetivos gerais destacam-se:

> Garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida;

> Garantir que recursos extra orçamentários da matriz orçamentária anual do MEC destinada às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil (ANDIFES, 2007, p. s/n).

O comprometimento orçamentário – como apontado anteriormente – configura-se um ganho significativo para a execução dos programas e ações desenvolvidos pelas equipes da AE. Possibilita que as demandas de alimentação, de transporte, de moradia, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital e apoio acadêmico, entre outras, sejam atendidas contribuindo dessa forma para a diminuição da evasão escolar e da retenção.

Somado ao Plano Nacional de Assistência Estudantil, outros dispositivos legais trazem em seu bojo o princípio da igualdade de acesso, condições de permanência e conclusão do curso em consonância com o que prevê a Constituição Federal de 1988, que consagra a educação como direito de todos, dever do Estado e da família e tem como um dos seus princípios, expresso no inciso I do Art. 206, a "[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (BRASIL, 1988). A Lei n. 9.394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de dezembro de 1996, incorpora esse princípio, literalmente, no seu Artigo 3º, inciso I: "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (BRASIL, 1996).

No âmbito do ensino superior a Lei 10.861, de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

> [...] tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do Decreto 6.096 de abril de 2007, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior e criar condições de permanência, prevê no inciso V do Art. 2º que o Programa terá, entre suas diretrizes, a de "ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil" (BRASIL, 2007). Para tanto, dispõe em seu Art. 7º que as despesas resultantes do decreto sejam incluídas na conta "[...] das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação" (BRASIL, 2007) para as IFES.

Promulgado em 5 de agosto de 2013, o Estatuto da Juventude, Lei 12.852, dispõe sobre o direito dos jovens[26]. No que tange à educação profissional, a referida legislação expressa em seu artigo 9º que "o jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente" (BRASIL, 2013). Para que este direito se materialize declara em seu artigo 13º que "as escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes" (BRASIL, 2013).

> Esses princípios legais levam à reflexão e à revisão das práticas institucionais. Cabe às IFES assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, consequentemente, multiplicador (ANDIFES, 2007, s/p).

Assim a Política de Assistência Estudantil configura-se como parte das estratégias para que os estudantes de baixa condição socioeconômica acessem a universidade e nela permaneçam até a conclusão do curso. Assim, também é fundamental, conforme apontado pela Andifes (2007, s/p), que as ações executadas sejam consideradas "no plano institucional-orçamentário das IFES uma questão de investimento para que se garantam recursos para a sua execução".

2.4 Qual o lugar da EPTNM na atual legislação da Assistência Estudantil?

Este tópico tem como objetivo compreender o lugar da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio (EPTNM) na legislação que regula e orienta a AE e a falta explícita de sua inclusão no texto do Decreto 7.234/2010. Como consequência, compreender o respaldo legal do financiamento da AE como ferramenta para a promoção do direito à educação dos discentes matriculados nesta etapa de ensino.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) define em seu Art. 1º a finalidade de "ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal" (BRASIL, 2010). O decreto estabelece ainda que as ações da AE devem ser executadas pelas instituições federais de ensino superior, conforme seu Art. 4º:

[26] De acordo com o Estatuto da Juventude, são considerados jovens as pessoas com idade entre 15(quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

> As ações de Assistência Estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

Os Institutos Federais têm por finalidade, conforme enunciado na Lei 11.892, de dezembro de 2008, no inciso I do seu Art. 6º, "ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia" (BRASIL, 2008). Todavia, para concretizar a sua função e concepção de inclusão social, são necessários recursos orçamentários e humanos. De acordo com o Fórum de Dirigentes de Ensino da EPT:

> Espera-se com os Institutos Federais atender cada vez mais aos alunos oriundos de camadas mais pobres da população. Por isso, faz-se necessário promover ações afirmativas voltadas à democratização do ingresso, à permanência e êxito e à inserção sócioprofissional dos egressos. Nesse sentido é preciso assegurar a implementação de políticas de assistência estudantil, a fim de atender às necessidades básicas de alimentação, material didático-pedagógico, transporte, apoio psicopedagógico, saúde, moradia, esporte, cultura, lazer, inclusão digital, dentre outras condições (FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO, 2010, p. 9).

A SETEC/MEC. em ofício[27] encaminhado aos IFs em maio de 2011, reforça essa orientação, ao afirmar que

> As ações de Assistência Estudantil devem viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras de alunos das classes populares, especialmente os oriundos do meio rural, pertencentes a comunidades indígenas, quilombolas (SETEC/MEC, 2010, s/nº. Ofício Circular nº 42 *apud* CAVALHEIRO, 2013, p. 46).

O Decreto 7.234/2010 contempla os Institutos Federais no que tange à implementação e à execução da AE. Entretanto, o conteúdo do PNAES não cita especificamente os estudantes matriculados na EPTNM, seja nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) ou nas escolas técnicas vinculadas às universidades. Segundo Abreu (2012, p. 92) "os Institutos Federais de Educação possuem uma peculiaridade, que é a coexistência de dois níveis de ensino (médio e superior) sendo a assistência direcionada para todos os estudantes".

---

[27]O referido ofício é de circulação interna, portanto, não está disponível ao público. Entretanto, Cavalheiro (2013), por ser servidora da instituição em que realizou a pesquisa, obteve acesso ao documento, citando-o em seu trabalho.

No cotidiano das Instituições Federais de Ensino, tanto os estudantes do ensino superior quanto os do ensino técnico de nível médio, demandam ações e recursos, principalmente financeiros, que viabilizem a permanência no curso iniciado.

As legislações apresentadas na seção anterior constituem um significativo ganho para a Assistência Estudantil. Não obstante, no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio permanece uma lacuna no que diz respeito a uma regulamentação específica que leve em consideração as particularidades desse nível de ensino. E que também assegure a fonte e o orçamento para a execução da AE na EPTNM.

Taufick (2013) argumenta que, embora o PNAES se apresente como um programa de abrangência nacional, sua finalidade se restringe a atender as instituições federais de educação superior, não mencionando os discentes da EPTNM. A falta de uma legislação específica de Assistência Estudantil para a EPTNM fragiliza a execução do objetivo, posto aos IFs, de inclusão social, especialmente no que diz respeito ao orçamento e às diretrizes da política de assistência a esses estudantes.

Em consulta ao site do MEC a autora identifica que, mesmo sendo o Ministério da Educação o mantenedor da AE em ambos os níveis de ensino, percebe-se em uma nota publicada por ele em 21 de setembro de 2012, sob o título "Assistência estudantil – Recursos quadruplicam e passam de R$ 1 bilhão nos últimos cinco anos", que os dados apresentados não incluem a EPTNM oferecida pela rede federal de ensino. Associa esta conjuntura ao fato de a matriz orçamentária dos diferentes níveis estarem vinculados a diferentes secretarias dentro do próprio MEC.

A matriz orçamentária que atende o ensino superior tem sua origem na Secretária de Educação Superior (SESu/MEC) do Ministério da Educação na ação "Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação". Já o atendimento dos alunos do ensino técnico dos Institutos Federais tem matriz orçamentária na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) a partir da ação "Assistência ao Educando da Educação Profissional". A autora afirma que

> Diante dessa situação não é de se estranhar, portanto, que o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF anseie por um decreto que trate especificamente da Rede Federal de EPT dentro de suas especificidades (TAUFICK, 2013, p. 40).

Segundo Abreu (2012), vários Institutos Federais (IF), à época da promulgação do PNAES ainda não possuíam a Assistência Estudantil estabelecida, seja em nível de reitoria ou

nos *campi*, exceção aos IF que se originaram dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que já possuíam uma equipe estabelecida de assistência ao discente.

Diferentemente da AE voltada para o ensino superior que possui uma trajetória de encontros, reflexão e construções coletivas realizadas no âmbito do FONAPRACE, nos Institutos Federais as articulações em torno da AE ainda são incipientes. Contudo, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Cientifica e Tecnológica (CONIF) tem como objetivo que a AE seja realizada em todos os IF, ainda que de forma focalizada. Na ausência de uma legislação de AE destinada a EPTNM, o PNAES foi o marco regulatório utilizado pelos IF para nortear a implementação de Assistência Estudantil, buscando dessa forma a execução de ações para a permanência dos discentes, seja pelo auxílio financeiro ou serviços prestados.

> Apesar de o decreto voltar-se para o atendimento do aluno da graduação, deixando dúvida sobre utilidade para os alunos dos cursos técnicos dos Institutos, que são seu público majoritário, a instituição do PNAES trouxe duas importantes consequências. A primeira foi que impulsionou, para a grande maioria dos Institutos Federais, o movimento de elaboração da sua política para a Assistência Estudantil. A outra foi o incremento orçamentário via Lei Orçamentária Anual (LOA) da ação intitulada "2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional", que dotou de fato os Institutos de recursos suficientes para implementarem a política (TAUFICK, 2013, p. 41)

A Assistência Estudantil. embora ainda esteja em processo de implantação e consolidação nos IFs, constitui-se como meio para proporcionar aos discentes, especialmente os de baixa condição socioeconômica, meios para sua permanência na instituição, assim como a conclusão do curso.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A RFEPCT

A educação profissional técnica possui uma longa trajetória até a implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), criados em 2008, por meio da Lei 11.892 (BRASIL, 2008). É resultado da transformação das escolas técnicas federais, agrotécnicas e dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) em IFs, instituição com autonomia semelhante às universidades e com o compromisso de ofertar os cursos técnicos de nível médio, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) é composta pelos 38 Institutos Federais e seus respectivos *campi*, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, as escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro[28].

Pode se dizer que, a educação profissional, no Brasil, tem sua origem ainda no período colonial, com a "atuação dos jesuítas na fundação de escolas direcionadas à formação de sacerdotes e à elite da época e o início, de forma assistemática, do ensino profissional de artes e ofícios manuais, a partir de 1539" (GUIMARÃES, 2014, p. 99). Manfredi (2002, p. 68) afirma que "os colégios e as residências dos jesuítas sediados em alguns dos principais centros urbanos foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as 'escolas oficinas' de formação de artesãos e demais ofícios".

Em 1759, a Companhia dos Jesuítas é expulsa do Brasil, e o sistema de educação escolar fica desorganizado. Por esse motivo, o Estado é compelido a organizar uma nova estrutura educacional. Manfredi (2002, p. 74) afirma que "as primeiras instituições públicas a ser fundadas foram as de ensino superior, destinadas a formar as pessoas para exercerem funções qualificadas no Exército e na administração do Estado".

A autora enfatiza que o sistema educacional brasileiro "principiou pelo topo". Dessa forma, os níveis de ensino primário e secundário funcionavam como cursos propedêuticos, com o objetivo de preparar os estudantes para a universidade. Além disso, concomitante ao sistema escolar público, o Estado desenvolveu um ensino independente do secundário e do

---

[28] Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=1001:unidades-da-rede>. Acesso em: 06 nov. 2017.

superior, “com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais” (MANFREDI, 2002, p. 75).

Em 1809, por decreto do Príncipe Regente, é criado o Colégio das Fábricas

> [...] como resposta à deficiência de conhecimentos dos artífices e dos aprendizes portugueses, o que abriu possibilidades para a institucionalização de artes e ofícios; e, no ano seguinte, as fundações da Academia Real Militar e da Academia Real da Marinha (GUIMARÃES, 2014, p. 99).

No período de 1840 a 1856 foram criadas, por dez governos provinciais, as Casas de Aprendizes e Artífices, financiadas pelo Estado. Tinham como referência o modelo, os ofícios e a disciplina dos arsenais militares. Seu público eram crianças e jovens em condições de miséria; além da instrução primária, estes aprendiam algum ofício. Entre estas instituições a mais importante foi o Asilo dos Meninos Desvalidos, sediado no Rio de Janeiro, que foi criado em 1875, e recebia meninos de 6 a 12 anos que viviam em situação de mendicância (CUNHA, 2000).

Nesse contexto, as ações voltadas à educação deixam de ser responsabilidade da igreja e passam ao cargo do Estado. Todavia, não houve o rompimento com a lógica de um viés assistencialista, características dessas instituições de ensino que perduraram durante séculos (SILVA, 2015).

> [...] acerca da construção da Educação Profissional no Brasil, observa-se que desde sua origem essa modalidade de educação vem marcada com um cunho assistencialista e compensatório, visto que tem como propósito tirar da condição de miséria os ‘desvalidos da sorte’, que passariam a ter uma pobreza digna. Por outro lado, visa também o preparo da força de trabalho necessária para o desenvolvimento das forças produtivas, além de cumprir uma função ideológica e política ao disciplinar os setores populares, pois as situações de extrema pobreza poderiam causar revoltas contra a ordem estabelecida (ABREU, 2012, p. 46).

Em 1909 foram criadas, a partir do Decreto nº 7.566, as “Escolas de Aprendizes e Artífices”. Tinham como público os mendicantes e desvalidos da sorte. Objetivava oportunizar um ofício a estes e, através do trabalho, dignificar a pobreza em que viviam.

As escolas foram instaladas em todas as capitais do país, com exceção do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal. Atribui-se à escolha das cidades um parâmetro político, tendo em vista que a maioria não possuía atividade industrial ou manufatureira. Os alunos matriculados recebiam a formação técnica integrada à alfabetização. (MANFREDI, 2002).

Este quadro se manteve até os anos iniciais da década de 30 do século XX, marcada por mudanças na educação e na formação profissional. Nesse período foi criado o Ministério

da Educação e Saúde e as Escolas de Aprendizes e Artífices, antes concentradas no Ministério da Agricultura, que passaram a ser acompanhadas pela Superintendência de Educação Profissional do novo Ministério. A educação profissional é contemplada na Constituição Federal de 1937 em seu artigo 129: "o ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecida é em matéria de educação o primeiro dever do Estado" (BRASIL, 1937). É também publicada em 1937 a Lei 378, que promoveu as Escolas de Aprendizes e Artífices à categoria de Liceus Profissionais (BRASIL, 1937a).

É nesse momento histórico que a concepção de uma formação profissional muda de foco, inicialmente destinada a capacitar o sujeito ao trabalho possibilitando uma mudança na sua condição de desvalido da sorte; passa a ter o olhar voltado para o atendimento a uma crescente demanda de trabalhadores qualificados para a fábrica. "O foco das escolas passou a ser o aluno capaz de aprender os ofícios para a atuação na indústria" (TAUFICK, 2013, p. 18). Como também declara Moura:

> O início do século XX trouxe uma novidade para a história da educação profissional do país, quando passou a haver um esforço do poder público na organização da formação profissional, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a de preparação de operários para o exercício profissional, visando atender às demandas do campo econômico que, em função do incipiente processo de industrialização, passa a exigir operários minimamente qualificados para a nova fase da economia que se inicia (MOURA, 2010, p. 62).

Em 1942, a partir do Decreto nº 4.127, foram instituídas as Escolas Industriais e Técnicas Federais, e niveladas ao ensino secundário (BRASIL, 1942), ficando extintos os estabelecimentos de ensino técnico e industrial ligados ao Ministério da Educação. Portanto, ao final do curso, os alunos poderiam ingressar no ensino superior. O acesso às Escolas Industriais e Técnicas passou a ser por exames de seleção, mudando ainda mais o público atendido.

Nessa sequência, em 1959, essas escolas foram transformadas em autarquias federais, denominadas "Escolas Técnicas Federais". Passaram a ter autonomia didática e de gestão e buscavam atender a grande demanda por profissionais qualificados para o processo de industrialização em franca expansão.

Em 1978, é promulgada a Lei 6.545 que cria os primeiros Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) nos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, antigas Escolas Técnicas Federais (BRASIL, 1978). Estas escolas foram instituídas com objetivo de formar engenheiros e técnicos para atender as necessidades do mercado.

Sendo assim, o atendimento ao trabalhador sem formação deixa de ser o foco e a formação profissional técnica torna-se atraente para os jovens, que passam a disputar as vagas oferecidas. (TAUFICK, 2013).

Nessa esteira, as demais Escolas Técnicas Federais foram transformadas em CEFETs, a partir da Lei 8.948/1994, que também instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica – Art. 1º, § 2º (BRASIL, 1994):

> A instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica tem como finalidade permitir melhor articulação da educação tecnológica em seus vários níveis, entre suas diversas instituições, entre estas e as demais incluídas na Política Nacional de Educação, visando o aprimoramento do ensino, da extensão, da pesquisa tecnológica, além de sua integração os diversos setores da sociedade e do setor produtivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) contempla em seu texto o capítulo III do Titulo V, exclusivo à educação profissional. Como expresso no Art. 40: "A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho" (BRASIL, 1996). Para o Ministério da Educação, as escolas federais de formação técnica atuam no sentido de superar "enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país" (BRASIL, 2008a, p. 5).

Ainda no final da década de 1990, sob a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi editado o Decreto 2.208/1997. Este decreto determinava a separação entre a formação profissional técnica e o ensino de nível médio, desmembrando o que até então era a formação integral. Como se lê no Art. 5º: "A educação profissional de nível técnico terá organização própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este" (BRASIL, 1997).

Essa configuração se manteve até 2004 quando o Decreto 2.208/1997 foi revogado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, e a EPTNM ofertada pelo governo federal passou a ser orientada pelo Decreto 5.154/2004. O novo decreto permitiu, novamente, a oferta do ensino técnico integrado ao ensino médio, como expresso no Art. 4º, § 1º, I:

> A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; (BRASIL, 2004).

No ano seguinte em 2005 iniciam-se os esforços para ampliação da oferta da educação profissional e é editada a Lei 11.195/2005 que altera a Lei 8948/1994, que como dito anteriormente, limitava a criação de novos estabelecimentos de ensino da educação profissional. Dessa forma o governo federal retoma a iniciativa de implementação de novas unidades de ensino da EPT (BRASIL, 2005).

De 1909 a 2002, foram criadas 140 unidades de escolas técnicas federais. Após a Lei 11.195/2005, que visa à ampliação da rede federal, este número subiu atualmente para 644. Hoje são 568 municípios atendidos, entre as capitais e as cidades do interior dos estados, o que colabora para permitir que a EPT seja ofertada aos discentes, sem que tenham que deixar o local de moradia para estudar em outro município (BRASIL, 2016).

A Lei 11.892/2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (BRASIL, 2008). Com exceção dos CEFETs de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, os demais CEFETs, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais são transformadas em IFs. A estes somam-se as novas unidades, atingindo assim o montante atual.

Os IFs são autarquias especiais de base educacional humanístico-técnico-científico, em que se organizam a educação básica, profissional e superior. No modelo multicurricular e multicampi, dotadas de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, científica e disciplinar. Possui a obrigatoriedade de oferta de 50% de suas vagas para o ensino técnico e de 20% para licenciatura. (BRASIL, 2010a).

As finalidades e as características dos Institutos Federais que constam no Art. 6º da referida Lei são as seguintes:

> I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciência, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciência nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o

> cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

A ampliação da RFEPCT e, consequentemente o aumento do número de vagas é uma resposta positiva à demanda por mais oportunidades de uma formação profissional técnica de qualidade e gratuita. Da mesma forma, a Lei 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, e que versa sobre a reserva de vagas para os alunos oriundos de escolas públicas (BRASIL, 2012), oportuniza a alunos que inicialmente teriam dificuldades com a concorrência no processo seletivo acessem as universidades e escolas técnicas federais.

A expansão do acesso vem acompanhada de outro desafio que é a permanência dos alunos e a conclusão dos cursos em que ingressam. Entre as dificuldades postas para a permanência encontram-se aquelas de ordem financeira, pedagógica e emocional que se configuram em demandas e requerem dos profissionais articulação e constante luta em busca de estratégias para construção de ações que respondam a estas questões. Esse é o contexto no qual se insere o IFMG.

3.1 O IFMG

O IFMG é um dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que integram a RFEPCT, instituição sobre a qual importa registrar algumas breves notas. É uma autarquia formada pela incorporação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Bambuí e de Ouro Preto e de suas respectivas unidades descentralizada de Formiga e de Congonhas, além da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista. Após a criação do IFMG outros *campi* foram criados e incorporados, sendo eles o *campus* de Governador Valadares, que começou suas atividades em 2010; os *campi* de Betim, Ouro Branco, Ribeirão das Neves e Sabará, que iniciaram em 2011; e o de Santa Luzia em 2014. Os 17 *campi* estão localizados em diferentes municípios do estado e a reitoria está sediada na capital Belo Horizonte, conforme Figura 1.

Figura 1 - Distribuição dos *Campi* do IFMG

Fonte: Site do IFMG[29]

Segundo a proposta político-pedagógica dos Institutos Federais, em seu âmbito deverá ser ofertado o ensino da educação básica, especialmente em cursos de ensino médio integrado a EPTNM, ensino técnico em geral, graduação de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são elementos determinantes, em especial as engenharias. Está igualmente prevista a oferta de programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Deve também ser ofertada a formação inicial e continuada para o trabalhador (BRASIL, 2010).

Atendendo a essa proposta, o IFMG oferta a EPT nos diferentes níveis e modalidades de ensino. No que se refere à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, são disponibilizadas as modalidades Integrada com 17 cursos; a modalidade concomitante com 3 e a subsequente[30] com 16 cursos. No que se refere à graduação, o IFMG possui a oferta do ensino Superior Tecnológico com 10 cursos, o Bacharelado com 15 cursos e a Licenciatura com 5 cursos.

No que tange à Pós-Graduação, o IFMG oferta a especialização *lato sensu* em quatro áreas: Especialização em Educação Especial com ênfase em Libras, Especialização em

[29] Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/o-que-e-o-ifmg>. Acesso em: 16 nov. 2017.
[30] A modalidade Integrada é destinada a alunos que concluíram o ensino fundamental e pretendem fazer o curso Técnico Integrado ao ensino médio; a modalidade Concomitante é destinada a alunos que estão cursando o Ensino Médio em outra instituição e pretendem fazer o Curso Técnico; e a modalidade Subsequente é destinada a alunos que já concluíram o ensino médio e pretendem fazer o Curso Técnico.

Educação Matemática, Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e Especialização em Gestão Pública.

3.2 O IFMG – *campus* Congonhas

O *campus* de Congonhas iniciou suas atividades em 2006, como Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), vinculada ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto (CEFET-Ouro Preto). Com a promulgação da Lei 11.892/2008, a UNED de Congonhas tornou-se um dos *campi* do IFMG (BRASIL, 2008).

Atualmente, nesse *campus* são ofertados três cursos de nível técnico na modalidade integrada e três na modalidade subsequente nas seguintes áreas: Edificações, Mecânica e Mineração. Além desses, são ofertados também três cursos de nível superior: Licenciatura em Física, Bacharelado em Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica.

A escolha deste *campus* como lócus de pesquisa se deve pela sua configuração. Pois, os *campi* que se originaram das antigas Escolas Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica já possuem uma infraestrutura mais organizada para o atendimento ao discente. Os *campi* criados a partir de 2008 tem, além do desafio da implantação da própria AE, o de pleitear a infraestrutura que possibilite a permanência do discente.

O referido *campus* já possui sede própria desde 2007, por ser uma Unidade Descentralizada. Mas, ainda não dispõe de restaurante e de moradia estudantil demandando da AE maior investimento no programa de bolsas. O *campus* já possui a AE implementada, e tem como público os discentes da EPTNM e a graduação.

3.3 A Assistência Estudantil no IFMG

A perspectiva de que os estudantes permaneçam na EPTNM ou no ensino superior até a conclusão do curso, principalmente os de baixa condição socioeconômica, é um desafio. Num contexto de ampliação de vagas, as dificuldades também aumentam e demandas como alimentação, transporte, moradia, saúde etc. necessitam de maior investimento, seja de recursos humanos, seja de orçamentários. Investimentos esses que devem almejar atender as várias dimensões do ser humano, como demonstrado por Oliveira e Vargas (2012, p. 128-129).:

> Ponderando a complexidade do ser humano (ser social, ser de desejos, ser de direitos, ser racional, com capacidade laboral e de planejamento) cujas necessidades para realização plena e para uma vida digna perpassam fatores como moradia,

> alimentação, saúde, saneamento, lazer cultura, educação... entre outros, temos que pensar ações na assistência estudantil na mesma proporção desta complexidade e na mesma direção destes anseios, que acompanhem a dinâmica das modificações trazidas pelas inovações já implementadas no sistema educacional do país [...]

Dessa forma, as concepções e diretrizes propostas para orientação das ações, programas e projetos executados nos Institutos Federais buscam assegurar o acesso das camadas da população em situação de vulnerabilidade social e que historicamente foram deixadas à margem do processo de desenvolvimento e modernização do Brasil (BRASIL, 2010a). Objetivam também legitimar e justificar "a importância de sua natureza pública e afirmar uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social" (BRASIL, 2010a, p. 21).

As instituições federais de ensino superior, incluído nessa categoria os Institutos Federais, devem implementar o PNAES "de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados" (BRASIL, 2010). O planejamento e a execução dessas ações devem ser consoante às áreas[31] estratégicas definidas pelo decreto, buscando superar como ocorre "em alguns casos, [...], o tripé da assistência estudantil: a Bolsa Permanência, os Restaurantes Universitários e as Casas de Estudantes" (NASCIMENTO, 2012, p. 154).

O Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Minas Gerais foi instituído e normatizado em fevereiro de 2011, por meio da Instrução Normativa nº 01/2011, que consiste na

> concessão de auxílios aos estudantes de todos os níveis de ensino presenciais ofertados pela Instituição, compreendendo benefícios voltados para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, com finalidade de melhorar o desempenho acadêmico e minimizar a evasão (IFMG, 2011).

No que tange à gestão e à supervisão do Programa de Assistência Estudantil do IFMG, essa está sob a responsabilidade da "Pró-Reitoria de Extensão, através da Diretoria de Assistência Estudantil, do Núcleo de Assistentes Sociais do IFMG e dos diversos órgãos relacionados às respectivas categorias de benefícios nos *campi*" (IFMG, 2017, s/p). Conforme o artigo 5º são finalidades do Programa de Assistência Estudantil:

[31]As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I – moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV atenção à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; IX – apoio pedagógico; e X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

> I – Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais e favorecer a permanência dos estudantes do Instituto, até a conclusão do respectivo curso;
> II – Diminuir a evasão e o desempenho acadêmico insatisfatório por razões socioeconômicas;
> III – Reduzir o tempo médio de permanência dos estudantes entre o ingresso e a conclusão do curso;
> IV – Inserir os estudantes em atividades culturais e esportivas como complemento de suas atividades acadêmicas; e
> V – Contribuir para a inclusão social pela educação (IFMG, 2017, s/p).

As ações de assistência ao estudante estão previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMG, atendendo a proposta de inclusão social e têm em vista estabelecer "políticas de Assistência Estudantil que favoreçam a permanência e o êxito no percurso formativo e na inserção socioprofissional dos estudantes, particularmente para aqueles [...] em situação de vulnerabilidade social" (IFMG, 2014).

Antes mesmo da promulgação do Decreto 7.234/2010[32], os primeiros *campi* do IFMG, que são oriundos de Escolas Agrícolas, já vinham oferecendo algumas modalidades da AE, principalmente a alimentação e a moradia. Os mais antigos são Ouro Preto, Bambuí e São João Evangelista – os três já possuíam moradias estudantis e Restaurantes Universitários (RU) quando o IFMG foi constituído.

Os *campi* instalados após a instituição do IFMG ainda estão em processo de consolidação e não contam com a infraestrutura de RU e moradia estudantil. Demandando, portanto, a oferta de auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte municipal e intermunicipal.

No que diz respeito à equipe da AE do IFMG, que, inicialmente, era composta por quatro profissionais do serviço social, ela foi responsável pelo delineamento das primeiras modalidades da Política de Assistência Estudantil[33] da instituição. Com a publicação do PNAES e, portanto, coma necessidade de implementação das ações nas respectivas áreas e em todos os *campi*, tornou-se urgente a demanda de ampliação do quadro de servidores. Essa realidade pode ser observada em outros institutos, especialmente naqueles que não eram oriundos dos Centros Federais de Educação ou das Escolas Agrícolas.

> No início da implementação das ações do PNAES na Rede EPCT, não havia uma equipe, um profissional, ou um órgão responsável por uma gestão sistêmica da Assistência Estudantil nos Institutos Federais, o que se tornou uma reivindicação

[32]Cf. Brasil (2010).
[33]Estas informações foram disponibilizadas durante entrevista com o gestor da AE.

> constante por parte dos gestores que vinham realizando eventos para debater e compartilhar as experiências de implementação das ações nas suas instituições (CAVALHEIRO, 2013, p. 42).

Com a reivindicação dos gestores dos Institutos Federais por novos profissionais para a AE, em 2014 são disponibilizadas vagas através de concurso público. O IFMG recebeu, em 2014, oito novos profissionais do serviço social que passaram a compor o quadro de servidores da AE. Esses profissionais são responsáveis, entre outras atribuições, por realizar o processo de seleção dos estudantes que serão incluídos nos programas de auxílios e bolsas.

Quadro 1 - Auxílios concedidos pela AE

Auxilio	**Objetivo**
Auxílio Alimentação	Refere-se à concessão de refeição gratuita ou auxílio financeiro para alimentação, sendo que o auxílio financeiro é disponibilizado aos estudantes dos *campi* que não possuem restaurante.
Auxílio Creche	É um apoio financeiro, não reembolsável, concedido mensalmente aos estudantes regularmente matriculados que tenham filhos até 6(seis) anos e que atendam critérios socioeconômicos.
Auxílio Moradia	Compreende a concessão de alojamento ou auxílio financeiro para moradia aos estudantes que estejam regularmente matriculados e que não residam na cidade onde o *campus* do IFMG está localizado.
Auxílio Transporte	Refere-se à concessão de auxílio financeiro para que os estudantes se locomovam para o *campus*.
Bolsa Atividade	Refere-se à concessão de benefícios para a realização de atividades do interesse do estudante e em consonância com as necessidades da Instituição, que estejam preferencialmente relacionados à formação do estudante.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2014-2018.

O processo de seleção para a inclusão nos programas da AE segue à determinação do parágrafo segundo do artigo terceiro do PNAES: "caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados". A Instrução Normativa 01/2011, do IFMG, em seu artigo 5º, parágrafo 2º, define que "as categorias de beneficio de caráter socioeconômico serão ofertadas mediante análise de critérios estabelecidos pelo Núcleo de Assistentes Sociais do IFMG – NASIFMG em ato próprio".

Segundo levantamento feito em 2013 pela instituição, 83% dos discentes encontravam-se em situação de vulnerabilidade econômica. Este quantitativo toma como indicador a renda familiar *per capita* (RFP) igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Esse indicador é usado pelo governo federal para realização dos programas de Política de Assistência Estudantil.

Com o objetivo de atender a demanda dos discentes por um aporte financeiro que lhes possibilite a permanência na instituição, a Assistência Estudantil do IFMG ofertou de 2011 a 2016 auxílios socioeconômicos que constam do Quadro 1.

Outro programa desenvolvido pela AE é o de "Bolsas por Mérito Acadêmico". Este tem por objetivo a concessão de bolsas a alunos integrados a um projeto científico. São oferecidas a discentes da EPTNM e da graduação, como exposto no Quadro 2, que segue:

Quadro 2 - Bolsas por Mérito Acadêmico

Bolsa	**Objetivo**
PIBIC	Programa voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação por meio de concessão de bolsas ligadas a um projeto científico.
PIBITI	Visa estimular estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação por meio de concessão de bolsas ligadas a um projeto científico.
PIBITEC	Programa destinado ao despertar da vocação científica e a incentivar talentos potenciais entre os estudantes pós-médio que estejam matriculados em um curso técnico. Vinculados a um projeto de caráter aplicado e/ou no desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação.
PIBIC Junior	Objetiva despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino médio e profissional por meio de concessão de bolsas ligadas a projetos científicos.
PIBEX	O Programa Institucional de Bolsas de Extensão destina-se a estudantes de cursos superiores e visa à elaboração de alternativas de transformação da realidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional, a formação de profissionais cidadãos com responsabilidade social e ambiental.
PIBEX Júnior	Programa Institucional de Bolsas de Extensão Júnior, destinado a estudantes de cursos técnicos. Visa à elaboração de alternativas de transformação da realidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional e a formação de profissionais cidadãos com responsabilidade.
Bolsa Tutoria	Programa de apoio didático às disciplinas da área básica. Consiste na concessão de Bolsas-Tutoria aos estudantes, com o objetivo de proporcionar-lhes suporte didático-pedagógico, a fim de que superem dificuldades nas disciplinas iniciais dos respectivos cursos.
Bolsa Monitoria	Programa de apoio pedagógico a ser executado por discentes do IFMG para atender às necessidades de formação acadêmica do estudante, vinculada a uma disciplina.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2014-2018.

Para o ano de 2017 foi proposta, a partir da Diretoria de Assistência Estudantil, uma nova configuração para distribuição dos auxílios. Estes deixam de estar vinculados a uma ação específica (transporte, alimentação ou moradia, por exemplo) e passam a ser concedidas bolsas com distintos valores a serem direcionadas aos estudantes, incluídos no programa de

bolsas, conforme o estudo socioeconômico realizado pela equipe. Nesse novo formato, é feita uma única seleção e, segundo o estudo socioeconômico[34], o discente é classificado em distintos perfis de A até D e contemplado com a Bolsa Permanência que varia entre R$ 150,00 e R$ 400,00, cuja distribuição das bolsas consta na Tabela 3.

Quanto às ações realizadas na área de atenção à saúde, conforme o Art. 3º do PNAES, o IFMG propõe que sejam oferecidos serviços de "diagnóstico, tratamento e orientações sobre saúde do corpo, saúde bucal, prevenção a doenças, orientação quanto a doenças sexualmente transmissíveis e dependência química" (IFMG, 2014, p. 164). Esse atendimento é prestado por meio da assistência psicológica, atendimento odontológico, assistência social e atendimento ambulatorial. É pertinente ressaltar que o atendimento proposto está limitado à existência dos respectivos profissionais em cada *campus*.

Tabela 3 - Valores referentes às categorias de benefícios e respectivos períodos de vigência

Auxílio	Valor anual	Vigência para 2017 (meses)
Bolsa Permanência 01	R$ 400,00	10
Bolsa Permanência 02	R$ 300,00	10
Bolsa Permanência 03	R$ 200,00	10
Bolsa Permanência 04	R$ 150,00	10
Bolsa Monitoria	R$ 200,00	10
Bolsa Tutoria	R$ 400,00	10

Fonte: Instrução Normativa 01/2017- IFMG.

Nas áreas referentes à cultura e ao esporte, são desenvolvidos programas que estimulam tais práticas como meio de socialização e promoção da saúde. São realizados treinamentos e participação em torneios e campeonatos, sendo o IFMG representado por suas equipes. Entre as atividades esportivas realizadas estão os jogos intercampi e os Jogos dos Institutos Federais. O IFMG é representado nas modalidades de futebol de campo masculino, atletismo feminino nas provas de 1500m e 5000m e masculino nas provas de 800m, 1500m e, ainda, salto em altura feminino.

No âmbito do pedagógico, uma das ações é o apoio às visitas técnicas, com o intuito de promover a integração das áreas educacionais da instituição com os diversos segmentos da

[34]O estudo socioeconômico ou estudo social, segundo Fávero (2004, p. 42), tem "por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais".

sociedade, enriquecendo o processo ensino-aprendizagem e a formação profissional dos envolvidos (IFMG, 2014).

No que diz respeito ao Programa de Assistência Estudantil, realizado no *campus* Congonhas, esse foi regulamentado pela Instrução Normativa 01/2011. O *campus* conta com um profissional de serviço social responsável por implementar as ações de AE em parceria com os demais setores e respectivos profissionais. Entretanto, como apontado pelo técnico entrevistado, o fato de a equipe não possuir em seu quadro profissionais como psicólogos e pedagogos, entre outros, é um dificultador para elaboração e a execução de ações nas diversas áreas estratégicas do PNAES.

O Programa de Bolsas é executado pelo profissional de serviço social do *campus*, responsável pelo recebimento das inscrições, estudo socioeconômico, elaboração da folha de pagamento e acompanhamento dos discentes incluídos no programa durante o ano letivo.

No que tange às ações desenvolvidas na área de esportes, como os jogos *intercampi* e os torneios entre os institutos a nível nacional, a organização e a execução é feita por profissionais de Educação Física e respectivos coordenadores, com apoio e financiamento da AE.

Ações voltadas para a saúde, como proposto em seus respectivos regulamentos, realizadas no *campus* Congonhas, são feitas em parceria com outros setores e/ou profissionais. São desenvolvidas atividades, palestras, atendimentos que visam à informação e à orientação quanto à saúde do corpo, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros temas. Todavia, é relevante ressaltar que a elaboração e a realização dessas ações estão limitadas a existência de profissionais nas respectivas áreas dos temas abordados.

3.3.1 Discentes inseridos na assistência estudantil do IFMG - c*ampus* Congonhas

Na presente seção, busca-se saber quem são os discentes matriculados na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e que estão inseridos nos programas da AE do IFMG, no referido *campus*. Como dito anteriormente, o objetivo da AE é possibilitar aos estudantes, principalmente os de baixa condição socioeconômica, recursos para permanecerem no curso até sua conclusão. Portanto, é relevante conhecer o perfil desses estudantes para que as ações, programas e projetos sejam construídos de forma a contemplar as demandas apresentadas.

A inserção dos discentes nos programas de bolsas da Assistência Estudantil no IFMG é feita através de seleção socioeconômica. O processo tem início com a publicação do edital no

começo de cada semestre letivo, ainda que o calendário letivo da EPTNM contemple novas turmas somente no princípio do ano.

Como já afirmado na metodologia desta dissertação, na realização desta pesquisa foi aplicado um questionário aos discentes da EPTNM matriculados na modalidade integrada e que estão inscritos, atualmente, no Programa de Bolsa Permanência. Conforme dados disponibilizados pela Assistência Estudantil do *Campus* Congonhas, estão inseridos no programa 40 discentes que atendem a estes critérios. Para aplicação do questionário junto aos discentes, foi realizado convite através da assistente social do *campus* por e-mail e diretamente nas salas de aula. Dos 40 alunos inseridos no Programa da Assistência Estudantil no IFMG/Campus de Congonhas, 26 compareceram para o preenchimento. Na oportunidade, fiquei à disposição para esclarecimento de dúvidas.

Entre os discentes que responderam à pesquisa, o maior percentual (76,9%) é do sexo feminino, enquanto 23,1% é do sexo masculino. A idade, segundo os dados coletados, varia entre 15 e 19 anos, como informa a Tabela 4:

Tabela 4 – Número de discentes, conforme a faixa etária.

Idade/anos	**Número de discentes**	**Porcentagem**
15	6	23.2%
16	7	26.9%
17	7	26.9%
18	5	19.2%
19	1	3.8%
Total	26	100%

Fonte: Dados coletados pela autora durante a pesquisa, 2017.

Essa faixa etária, mostrada na Tabela 4, é a que predominantemente busca a EPTNM na modalidade integrada. O discente matriculado nessa modalidade não dispõe de horários para exercer atividades remuneradas, o que fragiliza ainda mais sua permanência na instituição, especialmente no que diz respeito à necessidade de alimentação, material escolar, transporte e em muitas situações a necessidade de contribuir com a renda familiar.

No que tange à raça/cor/etnia, conforme a Tabela 5, os discentes que se autodeclararam brancos são maioria. Já os que se autodeclararam pretos (19,2%) e pardos (19,2%) não atingiram nesta pesquisa o percentual de 50%.

Tabela 5 – Número de discentes conforme a Raça/Cor/Etnia

Raça/Cor/Etnia	Número de discentes	Porcentagem
Amarela	2	7.8%
Branca	14	53.8%
Parda	5	19.2%
Preta	5	19.2%
Indígena	0	0%
Total	26	100%

Fonte: Dados coletados pela autora durante a pesquisa, 2017.

No que diz respeito à distância entre a residência dos discentes e o IFMG, *campus* Congonhas, a pesquisa aponta que mais da metade dos incluídos no Programa de Bolsa Permanência (57,7%) moram em cidades vizinhas a Congonhas e 42,3% são moradores da cidade. Todos os discentes informaram que utilizam transporte coletivo ou locado para o deslocamento de suas residências até o *campus*.

Segundo o gestor da Assistência Estudantil do IFMG, o transporte é uma demanda recorrente e acentuada pelo fato de o *campus* não possuir moradia estudantil. Ele afirma que "[...] hoje o nosso calcanhar de Aquiles, digamos, é não garantir uma estrutura e aí eu vou falar especificamente da alimentação e da moradia, ou a garantia do transporte para os nossos estudantes" (JOÃO, 2017).

Em relação à origem escolar, quase a totalidade dos estudantes são provenientes da escola pública, como podemos observar na Tabela 6. A escola de origem, nesse caso, é o local onde o estudante cursou a maior parte do ensino fundamental.

Tabela 6 – Números de discentes conforme a escola de origem

Escola de Origem	Número de Alunos	Percentual
Pública	25	96.2%
Pública e particular	1	3.8%
Particular	0	0%
Total	26	100%

Fonte: Dados coletados pela autora durante a pesquisa 2017.

O PNAES aponta entre os critérios de seleção dos discentes para sua inclusão nos programas da AE, principalmente, o perfil socioeconômico, sua origem de escola pública, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição (CAVALHEIRO, 2013). Consta em seu art. 5º que serão atendidos "prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica" (BRASIL, 2010).

Tabela 7 – Renda familiar

Renda Familiar	Número de alunos	Percentual
Até ½ salário	6	23.2%
Até 1 salário	1	3.8%
Até 2 salários	13	50%
Até 3 salários	4	15.3%
Até 4 salários	2	7.7%
Até 5 salários	0	0%
Total	26	100%

Fonte: Dados coletados pela autora durante a pesquisa, 2017.

Entres os dados analisados também estão os que se referem à condição socioeconômica dos estudantes, pois a origem social e a condição em que vivem são centrais para a compreensão das demandas apresentadas à AE. Como aponta Ristoff (2013), a condição de renda dos estudantes e seus familiares, em muitos casos, é determinante no sucesso ou no abandono do curso.

Dessa forma, a renda familiar é um fator importante na permanência do discente. Quando perguntado sobre a renda familiar, 50% dos discentes informaram que os responsáveis recebem até 2 salários mínimos, conforme mostram os dados da Tabela 7.

De igual forma, 50% das respostas revelam que o número de membros da família é de 4 pessoas. Esses dados permitem inferir que a média da renda *per capita* dos estudantes pesquisados é de meio salário mínimo (R$ 477,00, tomando como referência o salário mínimo vigente à época de R$ 954,00).

Em relação à escolaridade dos pais e/ou responsáveis, os dados revelam que a maior parte cursou até o ensino médio, conforme os dados coletados e organizados na Tabela 8.

A escolaridade dos pais e/ou responsáveis somada à renda torna-se um fator importante, pois revela a capacidade que os familiares têm de mobilidade no que se refere a

trabalho e renda. Borba e Lima (2011, p. 232) afirmam que "geralmente, os níveis mais elevados de sucesso escolar reduzem o risco de desemprego, enquanto os baixos níveis de habilitação escolar e qualificação profissional conduzem à situação de exclusão".

Tabela 8 – Escolaridade dos pais e/ou responsável

Escolaridade	**Pai/Responsável**		**Mãe/Responsável**	
	Nº	**%**	**Nº**	**%**
Fundamental Incompleto	7	26,9	4	15,3
Fundamental Completo	5	19,2	2	7,7
Ens. Médio Incompleto	4	15,4	2	7,7
Ens. Médio Completo	5	19,2	10	38,5
Superior Incompleto	3	11,5	1	3,8
Superior Completo	1	3,9	6	23,2
Especialização	0	0	0	0
Em branco	1	3,9	1	3,8
Total	26	100	26	100

Fonte: Dados coletados pela autora durante a pesquisa, 2017.

De acordo com Ribeiro (2007, p. 60), "a falta de recursos educacionais [...] gera dificuldades no processo de mobilidade, tendo em vista que a escolarização é considerada uma das principais vias de ascensão social e de superação de desvantagens herdadas". A formação técnica de qualidade somada à formação geral representa, para esses estudantes, a possibilidade de acessar novos espaços, seja na área da pesquisa, da cultura ou do esporte, abrindo, assim, um leque de oportunidades até então não vislumbradas.

Buscando compreender a inserção dos discentes nas atividades culturais e/ou sociais, foi perguntado aos discentes sobre a participação em atividades extraclasse, vinculadas às atividades culturais, movimentos sociais e políticas partidárias. As respostas foram organizadas na Tabela 9, conforme segue:

Tabela 9 – Atividades extraclasse

Atividades	Total	Nunca		Ocasionalmente		Periodicamente	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Artísticas/Culturais	26	7	27,0	16	61,5	3	11,5
Movimento Estudantil	26	2	7,7	21	80,8	3	11,5
Movimentos Ecológicos	26	6	23,1	18	69,2	2	7,7
Movimentos Religiosos	26	16	61,5	7	27,0	3	11,5
Movimentos Sociais	26	5	19,3	18	69,2	3	11,5
Político-Partidárias	26	16	61,5	9	34,7	1	3,8

Fonte: Dados coletados pela autora durante a pesquisa, 2017.

Os dados apontam que é baixo o percentual de participação periódica dos discentes inseridos na AE do IFMG, *campus* Congonhas, e que responderam a pesquisa em atividades culturais e/ou movimentos sociais. A esse respeito Oliveira (2012) aponta que

> Dentre outros dados, a pesquisa do FONAPRACE também identificou que estes estudantes têm baixa participação social, artística cultural, política e físico-esportiva. Essa baixa participação pode ser considerada fruto não só das condições socioeconômicas dos mesmos, mas também o reflexo da baixa oferta dessas atividades no cotidiano das universidades (OLIVEIRA, 2012, p. 189).

Em síntese, a partir dos dados apresentados nesta seção, é possível afirmar que os discentes da EPTNM, que estão inseridos nos programas de bolsas da AE no IFMG, c*ampus* Congonhas, em sua maioria são oriundos de escolas da rede pública de educação, utilizam algum tipo de transporte no deslocamento de suas residências até o *campus* e tem renda *per capita* familiar média de meio salário mínimo. Além disso, em relação ao grau de escolarização dos pais/responsáveis desses estudantes, a maior parte tem ou o ensino fundamental incompleto (26,9%) e as mães/responsáveis o ensino médio completo (38,5%), conforme dados da Tabela 8.

Ainda a partir desses dados, é possível inferir que a permanência desses discentes fica fragilizada sem o devido aporte, seja por meio dos programas de bolsas, seja do atendimento psicossocial e/ou pedagógico disponibilizado pela equipe de AE. Além do mais, é importante salientar que a concepção da finalidade e dos objetivos da AE não devem ficar restritos à equipe, mas ser o propósito de toda a instituição.

4 O QUE REVELA O TRABALHO DE CAMPO DA PESQUISA

A realização deste estudo previu, como recurso metodológico, a pesquisa de campo, definindo como *lócus* o IFMG, c*ampus* Congonhas e, como sujeitos, os alunos e a equipe de AE, sendo aqueles sondados por meio de questionário e estes consultados por meio de entrevistas semiestruturadas.[35]

O que se segue, então, tem como objetivo não só explicitar as demandas apresentadas pelos alunos, como também o olhar de profissionais e gestores da equipe de AE, caminhando, na análise, ao encontro dos objetivos da pesquisa.

4.1 Demandas apresentadas pelos discentes

Como apontado no segundo capítulo, a trajetória da AE está diretamente relacionada ao ensino superior, uma vez que desde o surgimento das universidades no Brasil, ações de permanência são demandas para os discentes dessas instituições. A AE nesse nível de ensino tem sido objeto de pesquisas, reflexões, estudo e proposições de ações para a permanência desses estudantes. Entretanto, os discentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio inseridos nas instituições federais de ensino não recebem a mesma atenção, como pode ser percebido na falta de legislação especifica para este nível de ensino.

Um dos objetivos específicos deste estudo é verificar as demandas dos discentes matriculados na EPTNM e inseridos nos programas executados pela AE na instituição e identificar se as necessidades apresentadas pelos estudantes da EPTNM para a permanência diferem ou não daquelas apresentadas pelos estudantes do ensino superior. Para tanto, a pesquisa, através de questionários junto aos discentes inseridos nos programas de bolsas da AE matriculados nos cursos técnicos do ensino médio integrado do IFMG, c*ampus* Congonhas, reuniu questões cujo intuito foi elencar as demandas dos discentes nas diferentes áreas apontadas pelo PNAES para atendimento visando a permanência.

No que se refere ao transporte para deslocamento da residência até o *campus*, 100% dos alunos que preencheram o questionário afirmaram que utilizam o transporte público municipal, interestadual ou mesmo o transporte locado. Porém, como são os estudantes de baixa condição socioeconômica, eles encontram cotidianamente dificuldades para suprir esta

[35] No intuito de resguardar os sujeitos entrevistados os questionários não possuem nenhum tipo de identificação de quem os preencheu. E os nomes (João e Marcos) utilizados na transcrição das falas das entrevistas são fictícios.

necessidade, realidade que pode ser observada nos distintos níveis de ensino, assim como em todo o território nacional. Como aponta pesquisa realizada pela Andifes (2011)

> Excetuando a região Centro-Oeste, na qual o percentual de estudantes que utilizam transporte próprio supera o de transporte coletivo (41,8% contra 39,6%), nas demais regiões mais da metade dos estudantes utilizam transporte coletivo para ir à universidade. Os percentuais mais altos são verificados nas regiões Norte e Nordeste (64,0% e 61,1%) (ANDIFES, 2011, p. 26).

Para os alunos que se deslocam de suas cidades, a moradia é um obstáculo a ser superado e as diversas instituições de ensino, entre elas as federais, não dispõem de moradias estudantis, como é o caso do IFMG, *campus* Congonhas. Nesse contexto, outro fator que influência a permanência dos alunos na escola cresce ainda mais em importância: o transporte municipal e/ou intermunicipal, já que com maior demanda, os que residem em cidades próximas têm maiores dificuldades.

Entre os entrevistados João (2017) coloca que 80% dos estudantes atendem ao perfil para inclusão nos programas de auxílio da instituição. Afirma ainda que o discente do curso técnico integral "passa mais tempo dentro da escola, e esse tempo que passa [...] não o permite trabalhar, até por causa da idade também" (JOÃO, 2017). Dessa forma, nos *campi* do IFMG que possuem moradias estudantis a prioridade de vagas é para o aluno do técnico.

As respostas dos estudantes apontam que, para eles, as maiores demandas estão relacionadas ao transporte e à alimentação, pois residem em cidades próximas ou em bairros distantes e o *campus* de Congonhas não dispõe de restaurante universitário e de moradia estudantil. Os estudantes reconhecem a importância que a AE possui para a permanência no instituto, e relatam que, sem os auxílios, não poderiam continuar estudando.

> Minha família tem baixa renda, causando uma dificuldade em várias coisas inclusive nos estudos, sem a Assistência Estudantil provavelmente eu não estaria estudando no IFMG (ESTUDANTE A).
> Pois, me ajuda financeiramente significativamente, é o recurso que possuo para permanecer no *campus* estudando. Sem esse auxilio não conseguiria me manter no *campus* (ESTUDANTE B).
> Pois, com o auxílio, posso me manter no *campus*, e ainda mais, ele é de grande importância no quesito locomoção até a escola (ESTUDANTE C).
> Sem a assistência estudantil, talvez, eu não teria como continuar no IFMG, por não ter como me manter, pesaria muito para minha família, mais do que já é realmente complicado (ESTUDANTE D).
> A Assistência Estudantil é importante para auxiliar a vida acadêmica e pessoal do estudante, podendo diminuir até mesmo conflitos familiares e problemas sociais (ESTUDANTE E).
> Porque me ajuda a permanecer no campus, já que, com a renda que meu pai possui e banca a casa, ficaria difícil (ESTUDANTE F).

> Pois, me ajuda no transporte e na minha alimentação na escola e em minha casa (ESTUDANTE G).
> É com a assistência estudantil que eu pago a mensalidade do meu ônibus para chegar até o campus, já que não tenho outro meio de transporte (público) nem outra ajuda (ESTUDANTE H).

Os discentes não apresentam em suas colocações demandas explicitas para outras áreas de atendimento. Isso nos leva a supor que, para eles, as ações voltadas para o transporte e a alimentação são prioritárias e, no que se refere à alimentação, ainda não resolvida devido à falta de RU no *campus*. Nesse contexto, a procura por bolsa alimentação cresce, ainda que o recurso destinado a AE não possibilite atendimento a todos.

No tocante ao atendimento das demais áreas do PNAES, mesmo que não citadas pelos discentes, João (2017) afirma que são realizadas ações, muitas vezes financiadas pela AE. Entretanto, não estão diretamente vinculadas ao setor, seja pela dificuldade de participação dos profissionais da AE na atividade, seja pela não vinculação a esse setor. Um exemplo disso se dá na área de esporte: os jogos estaduais e nacionais realizados em diversas modalidades e coordenados pelos docentes da área de educação física e financiados pela AE.

Buscando identificar as ações executadas nas distintas áreas do PNAES,[36] sob o olhar dos estudantes, podemos observar que as demandas apresentadas e também pontuadas pelos profissionais da AE estão prioritariamente ligadas ao transporte, à alimentação e à moradia, nos casos de discentes que estudam fora do município de origem. Essas demandas são também as apresentadas pelos discentes do ensino superior, apontadas nas pesquisas realizadas pelo FONAPRACE e que subsidiaram a decisão de se tornarem áreas a serem contempladas no PNAES.

4.2 A Assistência Estudantil sob o olhar dos profissionais da Equipe

Atualmente, a equipe do referido *campus* é composta por uma assistente social, um coordenador e uma profissional intérprete de libras. Mas é o profissional de Serviço Social o responsável por todo o processo de seleção e acompanhamento do programa de bolsas, atendimento ao discente e devidos encaminhamentos.

[36] As áreas elencadas no Decreto Nº 7.234/2010 são: "I – moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV – atenção à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; IX – apoio pedagógico; e X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação" (BRASIL, 2010).

Como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ainda não possuem, em nível nacional, uma diretriz específica para a Assistência Estudantil na EPTNM, as ações executadas pelas equipes de AE nos IFs são orientadas pelo PNAES. Some-se a isso o fato de que a AE nos IFs ainda está em fase de consolidação, ou seja, a concepção da finalidade e dos objetivos da AE ainda não é devidamente reconhecida pelos diversos setores dessas instituições, sendo que alguns deles nem sabem da sua existência.

Um dos pontos apresentados pelos entrevistados é o pouco entendimento da equipe gestora do *campus* em relação à própria existência do PNAES e, consequentemente, suas áreas de atenção ao estudante. Durante a entrevista foi indagado se a concepção do PNAES é trabalhada junto à comunidade acadêmica, declarou que

> o próprio entendimento institucional da Política é um grande desafio. Porque não há uma compreensão do que realmente..., do quão ampla é a Política de Assistência Estudantil, das possibilidades que nós teríamos de intervenção, esse diálogo com a instituição é muito complicado. [...] os profissionais não reconhecem a necessidade de se construir coletivamente essa política (MARCOS, 2017).

Outro aspecto destacado é o fato de o *campus* possuir profissionais que atendem os estudantes no que diz respeito às áreas da saúde, da pedagogia, do esporte e da cultura. Todavia, cada um, em setores distintos, executa seu trabalho de forma individualizada. A interlocução entre os profissionais é feita em casos específicos de atendimentos pontuais. Segundo o relato do profissional, "cada um está no seu quadrado. A gente não trabalha de forma coletiva pensando em ações coletivas" (MARCOS, 2017).

Ainda que o discente seja atendido em suas distintas demandas, a falta de uma articulação entre os profissionais das diferentes áreas fragmenta o trabalho. Assim, podemos inferir que a permanência desses discentes fica fragilizada, mesmo que ele tenha atendimento psicossocial e pedagógico, entre outros. É importante salientar que a concepção da finalidade e dos objetivos da AE não devem ficar restritos à equipe, mas ser o propósito de toda a instituição.

O trabalho cotidiano descrito pelos entrevistados revela o acúmulo de atividades desenvolvidas por um único servidor. Isso dificulta a realização de reuniões e encontros que tenham por objetivo a reflexão a respeito do trabalho, a construção e a disseminação da concepção da Política de Assistência Estudantil.

> A sobrecarga de trabalho que às vezes é muito grande, principalmente no período de avaliações socioeconômicas. Acho que isso também é um desafio enorme, a gente construiu essa metodologia, mas, ainda têm muitos pontos a serem melhorados e

> reavaliados, ainda não tem um sistema que nos garanta agilizar esse processo, então, é uma sobrecarga muito grande principalmente neste período. E fora deste período são as atividades do cotidiano mesmo (MARCOS, 2017).

No que diz respeito ao financiamento da AE no IFMG, *campus* Congonhas, o recurso é destinado conforme o número de estudantes registrados na Matriz CONIF. Seu gerenciamento fica a cargo da AE, juntamente com o setor financeiro. Cabe a equipe de cada *campus* avaliar a distribuição do orçamento destinado a AE e alocar o recurso nas distintas modalidades de bolsas ofertadas. Indagado se os discentes selecionados, após entrevista socioeconômica, são todos inseridos no programa de bolsas, o entrevistado afirmou que,

> inicialmente, não. A lista de excedentes do primeiro semestre é enorme. Somente no segundo semestre de 2017 foi possível atender a todos. [...] o atendimento é por ordem classificatória, de acordo com os indicadores que nós elencamos para a avaliação, que é renda, composição familiar, pais separados ou não, escolaridade dos responsáveis. Então, a gente tem uma série de indicadores, e que vão pontuando e gerando uma ordem classificatória (MARCOS, 2018).

A demanda apresentada pelos estudantes é maior do que o recurso disponibilizado. Por esse motivo, ainda que o discente atenda aos critérios da seleção, é possível que a sua inclusão no programa de bolsas não aconteça de imediato.

Além desse problema, o entrevistado afirma que "outro desafio é a questão da própria conjuntura que a gente vive hoje em dia. A AE é um programa, um decreto que a qualquer momento pode ser retirado, eliminado" (MARCOS, 2017). Isso revela a importância da elaboração e da promulgação de uma legislação que contemple a EPTNM, resguardando, assim, a fonte de financiamento da AE para esse nível de ensino. De acordo com Vasconcelos (2010, p. 8) a finalidade da AE é "prover os recursos necessários para a transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico". Por esse motivo, mas não só por ele, os recursos necessários para manutenção da AE se fazem imprescindíveis.

4.3 A Assistência Estudantil sob o olhar dos gestores

A Assistência Estudantil no IFMG possui uma Diretoria Geral que está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, localizada na Reitoria, que está sediada na capital do estado. Em todos os *campi* há o setor de Assistência Estudantil. que realiza junto à comunidade acadêmica as ações que visam a permanência dos estudantes.

> As nossas escolas aqui são oriundas de escolas agrícolas, [que] já vinham oferecendo antes algumas modalidades da AE que é principalmente a alimentação e a moradia nos *campi* que já possuíam. E quando chega em 2011, com o Decreto que regula o PNAES, o Instituto, através do núcleo de assistentes sociais daqui que era formado por quatro profissionais, começou a desenhar a modalidade das políticas (JOÃO, 2017).

Juntamente com a elaboração das ações, programas e projetos, é também delineado o perfil dos alunos a serem atendidos, conforme determina o Decreto PNAES em seu parágrafo dois, do artigo terceiro "caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados" (BRASIL, 2010).

Até o início de 2017, os profissionais ligados diretamente à AE do IFMG eram os responsáveis por construir no âmbito da instituição não só os projetos e programas, mas, também, a própria concepção da Política de Assistência Estudantil. Foi proposta pela equipe e instituída por meio de portaria a criação de um Comitê[37] de Assistência Estudantil que, será "responsável por pensar a política de AE para o instituto. Ele não é deliberativo, mas, é ele que vai subsidiar o colégio de dirigentes ou o conselho superior ou o reitor com informações ou até mesmo diretrizes de como agir em cada área da AE" (JOÃO, 2017). É o resultado dessa construção que será compartilhado com a comunidade acadêmica, assim como será o balizador das ações realizadas.

No que diz respeito ao monitoramento e avaliação dessa política os entrevistados ressaltam sua necessidade e importância. Eles afirmam que é a partir dos resultados da avaliação que os pontos positivos devem ser mantidos e melhorados, e os pontos frágeis devem ser revistos.

> Avaliação de como estes *campi* novos começaram a politica, se está tendo efetividade, ela começa agora nesse processo de avaliação. Mas, durante este tempo a gente percebe que para o integrado se manter na escola é uma questão que ainda precisa ser vencida. Dar o suporte para este estudante hoje na realidade do IFMG, como ele está constituído, ele expandiu muito, mas, ao mesmo tempo a gente precisa agora é dar condições para este estudante de maneira mais ampliada para ele permanecer dentro da nossa instituição (JOÃO, 2017)

A configuração da equipe, seja no âmbito institucional ou em cada *campus*, é um desafio apresentado durante as entrevistas. A AE é personificada na figura do assistente social, principalmente pelo atendimento socioeconômico para concessão das bolsas.

---

[37] O comitê de Assistência Estudantil do IFMG será composto por um representante de cada região, o Pró-Reitor de Extensão, Diretor da Assistência Estudantil, o Coordenador do Núcleo de Assistentes Sociais e dois discentes (JOÃO, 2017)

> A AE – e eu não sei se difere de outros Institutos –, ela é quase que personalizada na figura do assistente social. Seja o diretor, seja o professor, qualquer pessoa que demandar alguma coisa, ela ficou muito personalizada na figura do assistente social. [...] Os *campi* que possuem, que são mais antigos [como] Ouro Preto, Bambuí e São João Evangelista têm equipes, [...] são mais consolidados porque são escolas mais antigas. Têm uma equipe que ajuda durante o processo do edital a fase da logística, a questão da busca dos documentos. Mas, a sua grande maioria o grande trabalho de conferência de divulgação de orientação, avaliação, fica a cargo do assistente social. Então, são "euquipes" na sua grande maioria e a gente ainda tem um termo dificultador que durante bastante tempo não eram todos os *campi* que tinham assistentes sociais. Então, o *campus* que não tinha assistentes sociais, a demanda era trazida para o Núcleo de Assistentes Sociais a gente dividia essas demandas (JOÃO, 2017)

Nos distintos *campi* do IFMG as equipes da AE são compostas basicamente por um profissional do serviço social. Essa configuração retrata o que o gestor denomina *euquipes*, o que, de certo modo, prejudica a ação da AE e fragiliza seu campo de atuação e a possibilidade de, efetivamente, atender e/ou lidar com as demandas que se apresentam, cotidianamente.

As distintas áreas que o PNAES determina para atendimento ao discente indicam que a equipe seja multiprofissional e que esteja articulada a outros setores da instituição, para viabilizar ações que atendam ao estudante em suas diversas demandas. João (2017) afirma que há um "núcleo de atendimento ao educando, mas isso ainda não está associado diretamente à Política de Assistência Estudantil. Está ligado, diretamente, ao ensino. É um núcleo de apoio ao ensino". Ou seja, o IFMG dispõe de atendimento ao educando, entretanto são profissionais de setores diferentes, o que fragmenta e prejudica o processo de trabalho. Outro dificultador é que cada *campus* possui uma organização distinta do núcleo de atendimento ao educando, seja dos profissionais ou do espaço físico que ocupam.

> [...] ações que estão lá no PNAES, elas acontecem de maneira desarticuladas dentro dos *campi*, ou seja: a gente tem ações de esporte acontecendo, a gente têm ações de saúde acontecendo... Mas, não há uma identificação de que essas são ações da PAE, nem que esses profissionais são profissionais que estão dentro da PAE. Então é dizer como você personaliza o assistente social o responsável pela gestão da PAE. Vou te dizer que a gente não dá conta de fazer essas ações, porque o socioeconômico nos toma cem por cento. E o gestor talvez também entenda que essa é a ação da assistência estudantil e eu acredito que por desconhecimento, não por falta de interesse. Mas eu acho que um dos papeis que o serviço social tem feito no Instituto Federal – eu acho que em outros lugares também – é desassociar sua profissão da política. Dizer qual é o lugar da profissão na política para que a gente possa fazer essas ações que estão para além do socioeconômico e que visam à permanência (JOÃO, 2017)

João (2017) afirma que houve um avanço após a promulgação do decreto do PNAES no que diz respeito à liberação de vagas pelo governo federal para realização de concursos para profissionais da AE. Entretanto, diante da demanda de atendimento, um profissional por

campus é insuficiente. Ele ainda coloca que a "captação de novos atores é um desafio, uma dificuldade, [assim como] a informatização dos nossos processos, modernização também e a estrutura [...] mínima nos nossos *campi* de equipe e de estrutura física".

As limitações apresentadas encontram ressonância naquelas apresentadas por outros estudos como Taufick (2013), Cavalheiro (2013) e Abreu (2012), no referente à necessidade de investimento em recursos humanos, para que a equipe de atendimento da AE seja multiprofissional, visando ações para a permanência do discente.

No tocante ao orçamento da AE no IFMG para subsidiar as ações e, especialmente, o financiamento do Programa de Bolsas, João (2017) relata que o recurso financeiro recebido é distribuído para cada *campus* conforme as ações executadas. Ou seja, "é dado uma rubrica e cada *campus* lança o seu edital. Esta é a forma que o estudante começa ter acesso a essa política".

Com a ampliação das vagas, acompanhada do objetivo de inclusão social, o investimento na AE é imprescindível. "Hoje, na realidade nossa do IFMG, são os dados que a gente levantou: 80% do nosso público é um público elegível para a AE [...] [é] um número pequeno que vai sair fora dessa curva [e] que não precisa da AE" (JOÃO, 2017). Neste contexto o orçamento normalmente é menor do que a demanda apresentada.

> O nosso recurso hoje é insuficiente se eu quiser atender todo mundo. Isso faz com que cada vez mais a gente atenda apenas aqueles que são os mais miseráveis. Talvez, fosse isso: a gente tem que acabar chegando nessa peneira para tentar atender. Mas, dentro do que o Decreto prevê a gente [...] não consegue atender [...], cumprir o que está posto lá não, então [...] precisa-se pensar em outras alternativas para a AE, para além da questão do recurso financeiro através de bolsa, que isso deveria ser talvez a nossa exceção
>
> Há um novo modo como o governo viu a questão orçamentaria, isso enfraqueceu muito uma política que já vinha sendo desenhada a muito tempo. Então a gente estava em ampliação e gente voltou para um replanejamento de orçamento, e isso fez talvez com que coisas que já estavam acontecendo, a gente voltasse atrás. [...] os contingenciamentos que houveram prejudicaram bastante o avanço da política de AE de modo nacional. Posso falar que no sentido que a gente não teve segurança de apostar em questões maiores por não ter a certeza de conseguir cumprir com o que esta posto. Então se a gente esta comprometendo com um número x de estudantes e um número y de bolsas a gente trabalhou com o que a gente tinha certeza. A ampliação, isso tudo a tente teve que deixar para depois, mas, a gente trabalhou dentro de um planejamento muito apertado e isso foi muito difícil, fazer gestão neste momento e até mesmo para conversar com este público que já estava acostumando a uma gestão que tinha uma certa fartura, pouco atraso em relação ao pagamento ou um número maior de atendidos e ver isso agora ser cada vez mais diluído (JOÃO, 2017).

Além das dificuldades apresentadas, há também a necessidade de salas adequadas para o desenvolvimento do trabalho e atendimento individualizado, assim como de informatização

dos processos, principalmente os de análise socioeconômica, que demandam do profissional do serviço social um longo tempo de dedicação, dificultando sua participação em ações de outras áreas elencadas no PNAES.

Outra demanda é a informatização do processo de seleção dos bolsistas, o que possibilitaria agilidade, permitindo aos profissionais responsáveis pela análise socioeconômica que fosse ampliado o tempo para monitoramento e avaliação da política. Como aponta João (2017), "uma das maiores dificuldades [...] é a informatização do processo socioeconômico, isso garantiria ao profissional da ponta um pouco mais de tempo para ele se dedicar a outras áreas que não fosse só do socioeconômico".

No que diz respeito ao monitoramento e avaliação da política, um ponto relevante apresentado pelos entrevistados foi a necessidade de que o estudante participe da gestão dos recursos, possibilitando

> [...] uma participação mais democrática na gestão da AE, que isso não fique sobre a responsabilidade de um gestor, que o estudante tenha condições de participar e opinar em todas as instâncias de fato, seja na divisão do recurso, de entender, de conversar. Então, acho que essa é uma dificuldade que a gente precisa vencer (JOÃO, 2017)

Uma questão apresentada em relação aos institutos em comparação às universidades é a própria estrutura que essas já possuíam na elaboração do PNAES.

> [...] as universidades elas surgem há muito tempo, surgem com as suas fundações, então já vem com uma política que já vem sendo desenvolvida, o que aconteceu foi uma adequação dessas universidades a um decreto, então as fundações começaram a se adequar as novas legislações. Então, foi um aperfeiçoamento, ou apenas um encaixamento. Os Institutos eles nascem do zero, e nascem sem um norte, de como ofertar a alimentação, como garantir a moradia. Então, salvo estas instituições mais antigas, as mais novas estão nesta mesma dificuldade (JOÃO, 2017).

No âmbito do IFMG, o entrevistado coloca que os avanços são registrados na transparência e clareza do orçamento, assim como a autonomia para a sua gerência. O processo de seleção dos bolsistas, assim como a definição da distribuição do recurso nos *campi* é administrado pela AE.

Mesmo diante de desafios a serem superados, é importante ressaltar que, conforme o histórico da trajetória da AE apresentado, muitos foram os avanços conquistados. O próprio decreto do PNAES é resultado de lutas por uma AE efetiva, que atue para a permanência do discente até a conclusão do curso.

Além disso, com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia através da

Lei 11.892/2008, a necessidade de uma legislação que contemple a AE na EPTNM torna-se de suma importância para a permanência do discente também nesse nível de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar a relevância da Política de Assistência Estudantil para a permanência e para a conclusão do curso pelos discentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). Para tanto, buscou identificar quais são as diretrizes e concepções que balizam as ações dos atores envolvidos na execução dessa política.

Para atingir esse objetivo inicial foi necessário identificar a legislação que regulamenta a execução da AE nas instituições federais de ensino, tanto no âmbito institucional, especificamente, como no âmbito mais ampliado em nível nacional. Nesse sentido, o estudo apontou que a construção dessa legislação é, em grande parte, resultado do empenho de profissionais, gestores e discentes que se dedicaram a realizar encontros, estudos e pesquisas que subsidiaram sua elaboração.

A Política de Assistência Estudantil (PAE) tem como objetivo principal a permanência do discente até que conclua o curso iniciado. Dessa forma, sua execução visa diminuir a evasão e a retenção, especialmente, nas dificuldades apresentadas de ordem socioeconômica. Entretanto, o decreto do PNAES determina que sejam realizadas ações nas distintas áreas que envolvam a vida acadêmica e que, segundo pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), apresentam demandas que influenciam a permanência do discente.

Essa amplitude de ações, previstas pelo PNAES, diante das questões colocadas pela pesquisa, levou à busca de diálogo com os autores que se dedicam ao estudo da AE e dos conceitos que balizam sua elaboração e execução. Dessa forma, foi feita uma breve reflexão sobre o conceito de política pública, compreendendo que a AE é uma política pública executada pelo Ministério da Educação e tem como alvo diminuir a evasão e a retenção dos discentes matriculados nas instituições federais de ensino.

Estes dois aspectos – evasão e retenção – têm relação direta com a discussão e o debate em torno do conceito de inclusão social. Autores como Leal (2004), Pereira (1984), Paoli (1974), Castel (2009), Borba e Lima (2011), entre outros, trazem em seus estudos a concepção de que a inclusão social está intimamente ligada à exclusão social. Esta manifesta-se desde a fragilidade dos laços familiares e sociais até a exclusão do processo de produção na formação social em que vivemos.

Não por acaso, uma das metas dos Institutos Federais é a inclusão social. Para que tal meta pudesse ser alcançada, seriam necessários a implantação, o monitoramento e a avaliação

da Assistência Estudantil, com equipe multidisciplinar, de forma que os discentes que acessam a instituição tenham uma trajetória escolar de êxito.

Nessa direção, é preciso uma melhor compreensão da concepção da AE, seus atores, sua trajetória, seu histórico. O que se pode dizer, concluída a trajetória de pesquisa, é que sua origem está intrinsicamente ligada ao ensino superior e a forma como é concebida ainda não contempla, de fato, a EPTNM, consideradas suas características diversas, particularmente em relação aos discentes e o seu entorno de vida.

Pode-se perceber que houve um esforço por parte dos gestores, profissionais e discentes das instituições de ensino superior, durante décadas, para que a AE fosse efetiva, o acesso fosse ampliado e um número maior de estudantes pudessem acessar o ensino superior. Nesse contexto, a EPTNM foi atendida pelas ações da AE, todavia sem diretrizes específicas para essa etapa do ensino. Como também não foi contemplada no decreto do PNAES.

Com base, especialmente, nos estudos desenvolvidos nos Institutos Federais, e nos dados coletados, podemos inferir que as demandas apresentadas pelos discentes da EPTNM, assim como nos depoimentos dos profissionais entrevistados, aproximam-se das áreas apresentadas no PNAES como prioritárias para o atendimento. Principalmente a alimentação, o transporte e a moradia, entretanto, há especificidades a serem observadas na EPTNM quanto ao regime horário integral e, claro, à faixa etária, que não são contempladas na legislação do ensino superior.

Algumas limitações encontradas, e que dificultam o trabalho da AE, foram apontadas durante a pesquisa e expressam-se na configuração da equipe com poucos profissionais e na falta de articulação adequada com outros setores, ressaltando que cada *campus* possui uma estrutura física distinta. Ou seja, há *campi* nos quais os setores possuem um diálogo mais próximo, já em outros ainda que exista um trabalho em conjunto, cada profissional "está no seu quadrado".

Outra limitação é o acúmulo de atividades, particularmente em períodos de análises socioeconômicas, cuja superação demanda modernização e informatização dos processos, que possibilite agilidade no atendimento, principalmente de análise socioeconômica.

Estes pontos não se limitam ao *campus* Congonhas do IFMG, ou mesmo a própria instituição. Mas, apresentam-se como obstáculos a serem superados nas instituições federais de ensino, conforme discussões no âmbito do FONAPRACE.

Apesar disso, a trajetória da AE revela que houve um significativo avanço nas últimas décadas no que se refere à ampliação de vagas para os discentes nas instituições federais de

ensino, à reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, conforme a lei 12.711 de agosto de 2012.

A disponibilidade de vagas para concurso, liberadas pelo governo federal, mesmo que o quantitativo ainda não seja suficiente para atender à demanda. E de suma importância a dotação orçamentária para a AE, possibilitando a execução dos projetos e programas de bolsas, incidindo diretamente na permanência do discente de baixa condição socioeconômica. No contexto atual, o desafio é a manutenção dos avanços conquistados.

Das áreas elencadas no PNAES o tripé alimentação, transporte e moradia foram as citadas pelos entrevistados, embora as demais sejam de igual importância. Assim a atuação da AE, balizada por sua finalidade e objetivos seja no contexto institucional ou nacional, contribui efetivamente para a permanência do discente e consequentemente para diminuir a evasão.

Considerados os objetivos da pesquisa, ela aponta, para além deles, certa complexidade quanto ao tema proposto, considerando o que as diversas abordagens e as indagações resultantes delas podem nos indicar. Obviamente, existem outros pontos que podem ser explorados em novas pesquisas que permitam avançar na construção do conhecimento a respeito da AE e, mesmo os aqui analisados, que podem ser ampliados, considerando, por exemplo, a pesquisa em mais de uma instituição.

O perfil do discente do curso técnico na modalidade subsequente e que demanda sua inclusão no programa de bolsas da AE, apontado pelo assistente social como um público de grande vulnerabilidade, é um desses pontos e exige que se investigue a realidade enfrentada por esse sujeito – pode-se dizer o mesmo na modalidade de concomitância externa. Outros ainda foram surgindo no percurso da pesquisa: a metodologia de monitoramento e avaliação da PAE; a necessidade de pesquisa comparativa em *campi* distintos do mesmo instituto para delinear o perfil dos discentes atendidos; e a metodologia de avaliação socioeconômica utilizada por instituições distintas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **A assistência ao estudante no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica no Maranhão**: avaliação do processo de implementação. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

ANDIFES. **Plano nacional de assistência estudantil**. 2007. Disponível em: <http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-Nacional-de-Assist%C3%AAncia-Estudantil-ANDIFES.pdf>. Acesso em: 30 ago. de 2015.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis 1937-2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará e Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Democratização da Qualidade X Permanência na Escola: dois lados de uma mesma moeda ou uma relação conflituosa? **Revista da Fael.** v. 1, n 3, set./dez 2008. ISSN 1984-0640. Disponível em: <http://perseu.unig2001.com.br/cadernosdafael/vol1_num3/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 213 p.

BONETI, Lindomar Wessler. Exclusão e Inclusão Social: teoria e método. **Contexto e Educação**, Ijui, v. 21, n. 75, p.187-206, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/index>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, 2009. Cap. 5. p. 575-592.

BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n° 19.851**, de 11 de abril de 1931. Subchefia de Assuntos Jurídicos, 1931. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Constituição (1934). **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição Federal.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília: Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 39**, de 12 de dezembro de 2007a. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Centenário da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 27 maio 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d723htm4>. . Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – um novo modelo em educação profissional:** concepção e diretrizes. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 maio 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Subchefia de Assuntos

Jurídicos, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília: Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da rede federal.** 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 20 maio 2017.

CANESSO, Renato César do Carmo**. A permanência escolar e a prática pedagógica de sala de aula na educação profissional.** 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CASTEL, Roberto. **As metamorfoses da questão social**: uma crónica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa nacional de assistência estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social:** alcances, perspectivas e desafios. 2013. 256 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Mateus Thomaz da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. **Ser Social,** Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez., 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, maio/ago., 2000.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** Campinas: Papirus Editora, 1994.

_____. **Charme da exclusão social.** Campinas: Autores Associados, 1998.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**. v. 41, n. 144, São Paulo, set./dez. 2011.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1999.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **Universidade e poder**: análise crítica e fundamentos históricos 1930-1945. Rio de Janeiro: Achimé, 1980.

_____. O Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **O estudo social em**

perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição para o debate no judiciário, penitenciário e previdência social. São Paulo: Cortez, 2004. p. 9-47.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Revista Comemorativa 25 anos**: Histórias, memórias e múltiplos olhares. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

_____. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Dez encontros**. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1993. Disponível em: <http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/LIVRO%20FONAPRACE%2010%20ENCONTROS.PDF>. Acesso em: 24 jan. 2017.

GONÇALVES, Eliza Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**, 3 ed. Campinas, São Paulo, Editora Alínea, 2003.

GUIMARÃES, Ailton Vitor. **Educação, lazer e trabalho:** relações estabelecidas no interior de escolas de educação profissional e tecnológica. 2014. 383 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2008.

KOWALSKI, Aline Vieiro. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. 180 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEAL, Giuliana Franco. A noção de inclusão em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., Caxambú, 2004. **Anais...** Caxambú: ABEP, 2004.

LEITE, Josimeire de Omena. **As múltiplas determinações do programa nacional de assistência estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva**. 2015. 547 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MENDES JR., Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, Hucitec, 1998.

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, J. (Col.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NASCIMENTO, Clara Martins do. Elementos Conceituais Para Pensar a Política de Assistência Estudantil na Atualidade. In: FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Revista Comemorativa 25 anos**: Histórias, memórias e múltiplos olhares. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012. p. 147-157.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite; SANTOS, Josiane Soares. **Assistência estudantil no IFS.** Aracaju: Edifs, 2014. 173 p.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria "concessão-conquista". **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 53, p. 80-101, mar. 1997.

OLIVEIRA, Gleice Emerick de. **A permanência escolar e a política de assistência estudantil na educação profissional técnica de nível médio**: estudo de caso no CEFET-MG. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz de. Esporte e lazer na política de Assistência Estudantil. In: FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Revista Comemorativa 25 anos**: Histórias, memórias e múltiplos olhares. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012. p. 187 - 189.

OLIVEIRA, Simone Barros de; VARGAS, Melissa Welter. A Assistência Estudantil como espaço privilegiado de Educação para os direitos. In: FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Revista Comemorativa 25 anos**: Histórias, memórias e múltiplos olhares. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012. p. 127-134.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. **Desenvolvimento e marginalidade**: um estudo de caso. São Paulo: Livraria Pioneira, 1974.

PAZ, Fabrício. Assistência, Assistencialismo ou oportunismo Estudantil? In: FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Revista Comemorativa 25 anos**: Histórias, memórias e múltiplos olhares. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012. p. 192-195.

PEREIRA, Luiz. Populações marginais. In: _____ **Estudos sobre o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1971. p. 159-178.

PEREIRA, Potyara A. P. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero. **Sociedade em Debate,** Pelotas, v. 1, n. 12, p.67-86, jun. 2006.

_____. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In BERING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (Orgs). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

_____**. Política social:** temas & questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 214 p.

PINTO, Giselle. **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces**: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil. 2015. 266 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

PORTES, Écio Antônio. A Caixa dos Pobres: A ação efetiva da assistência na permanência de estudantes pobres na universidade de Minas Gerais (UMG): 1932-1935. **Cadernos de História da Educação,** Uberlândia, n. 2, p. 29-38, jan./dez. 2003. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/>. Acesso em: 18 set. 2016.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2007.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Movimento estudantil e ensino superior no Brasil:** a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60. 2014. 348 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial de ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-13.

SILVA, Juliana Fernanda da. **Serviço social e educação em perspectiva**: uma análise da implementação do Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2015.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/65714846/Aldaiza-Sposat-Exclusao-Social-Abaixo-da-Linha-do-Equador>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Regulação Social Tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. In: CONGRESSO INTENACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa/Portugal, out. 2002. p. 8-11.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. **Avaliação da política de assistência estudantil dos Institutos Federais para o PROEJA.** 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Profissional – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**. Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

_____. Assistência Estudantil: uma breve análise histórica. In: FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Revista Comemorativa 25 anos**: Histórias, memórias e múltiplos olhares. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 100-111, 2012.

XAVIER, Alessandra de Muros. **Serviço Social e Educação**: análise do reconhecimento social e das experiências profissionais construídas nos diversos campos da política educacional. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa: "**Os limites e possibilidades da assistência estudantil diante das demandas apresentadas pelos discentes da EPTNM"**. Neste estudo pretendemos analisar a relevância da Política de Assistência Estudantil para a permanência dos discentes nos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), na Modalidade Integrada.

Justificamos a proposição deste estudo, levando em conta o entendimento da Assistência Estudantil como meio para a promoção da permanência dos estudantes na escola, nos cursos nos que ingressam até sua conclusão, além de se constituir como instrumento no combate à evasão e à retenção. Dessa forma, torna-se relevante identificar as demandas apresentadas pelos estudantes e os projetos e programas que visam atendê-las, tema ainda pouco trabalhado na produção acadêmica relacionada à problemática considerada.

Serão adotados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica; análise da legislação que regula a Assistência Estudantil no pais; aplicação de questionário aos discentes matriculados na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na Modalidade Integrada; e entrevistas com os servidores que integram as equipes de trabalho da Assistência Estudantil na escola.

Para participar deste estudo, o(a) Senhor(a) não arcará com nenhum custo, tão pouco receberá qualquer vantagem financeira. Será esclarecido(a) sobre o estudo em quaisquer aspectos que desejar, além dos que já serão explicitados no ato deste termo e estará livre para participar ou recusar-se a participar, assim como poderá, a qualquer tempo, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará quaisquer penalidades.

A pesquisa será conduzida pela pesquisador(a) Dilene Pinheiro da Silva, mestranda em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), a quem o(a) Senhor (a) poderá contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário, através do telefone (31) 98389 4629 e/ou pelo e-mail <dilene.pinheiros@gmail.com>.

Sua identidade, assim como o material que possa indicar sua participação, nesta pesquisa ou em quaisquer publicações que possam resultar dela, de acordo com os protocolos de pesquisa, será tratada com sigilo e privacidade pela pesquisadora e só revelados, se for o caso, mediante sua expressa autorização. O resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando a mesma for finalizada.

Este TCLE encontra-se impresso em duas vias, sendo uma delas arquivada pela pesquisadora responsável, sob sua guarda no CEFET-MG e outra será fornecida ao(à) Senhor(a).

Caso haja danos, decorrentes dos riscos previstos, os mesmos serão de responsabilidade da pesquisadora.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos do estudo "Os limites e possibilidades da assistência estudantil diante das demandas apresentadas pelos discentes da EPTNM", de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo, que recebi uma cópia deste TCLE e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Congonhas, ____ de _____ de 2017.

_____ _____
Nome participante Assinatura

_____
Dilene Pinheiro da Silva

APÊNDICE B – Entrevista Semiestruturada – Profissionais da Equipe

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Título da pesquisa: Os limites e possibilidades da Assistência Estudantil diante das demandas apresentadas pelos discentes da EPTNM

ROTEIRO 01
ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – PROFISSIONAIS DA EQUIPE

Instituição:
Campus:
Núcleo/Setor:

1 – Identificação do Profissional/Equipe
1.1 Qual a sua formação?
1.2 Há quanto tempo trabalha na AE no IFMG/*Campus* Congonhas?
1.3 Já trabalhou na AE em outra instituição?
1.4 Como é composta a equipe da AE do IFMG? E no *Campus* Congonhas?

2 – Principais ações executadas através da AE
2.1 Quais são as principais ações (programas e projetos) executadas no IFMG/Campus Congonhas?
2.2 Como foram definidas e organizadas essas ações?
2.3 O PNAES teve influência nessa definição?

3 – Recursos Orçamentários
3.1 No que diz respeito ao recurso orçamentário como é definida sua utilização? E por quem?
3.2 O recurso atende a demanda apresentada para os programas e projetos?

4 – Assistência Estudantil na concepção do profissional
4.1 Enquanto profissional da AE, quais são na sua concepção as possibilidades e os desafios na execução da assistência ao estudante no IFMG/Campus Congonhas?
4.2 E no âmbito nacional na sua concepção quais são os principais desafios e possibilidades para a AE?

ROTEIRO 02
ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – GESTOR

Instituição:
Campus:
Núcleo/Setor:

1 – Identificação do gestor da equipe
1.5 Qual a sua formação?
1.6 Há quanto tempo trabalha na AE no IFMG?
1.7 Já trabalhou na AE em outra instituição?
1.8 Como é composta a equipe da AE do IFMG?

2 – Principais ações executadas através da AE

2.1 Quais são as principais ações (programas e projetos) executadas no IFMG?

2.2 Como foram definidas e organizadas essas ações?

2.4 O PNAES teve influência nessa definição?

3 – Recursos Orçamentários

3.1 No que diz respeito ao recurso orçamentário como é definida sua utilização? E por quem?

3.2 O recurso atende a demanda apresentada para os programas e projetos?

4 – Assistência Estudantil na concepção do profissional

4.1 Enquanto gestor da AE no IFMG, quais são na sua concepção as possibilidades e os desafios na execução da assistência ao estudante na instituição?

4.2 E no âmbito nacional na sua concepção quais são os principais desafios e possibilidades para a AE?

APÊNDICE C – Questionário (corpo discente)

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Título da pesquisa: Os limites e possibilidades da Assistência Estudantil diante das demandas apresentadas pelos discentes da EPTNM

Questionário

1. Idade _____

2. Raça/Cor/Etnia

( ) Amarela; ( ) Indígena; ( ) Parda;
( ) Branca; ( ) Preta;

3. Sexo

( ) Masculino; ( ) Feminino; ( ) Outro _____

4. Qual o seu estado civil?

( ) Solteiro(a); ( ) Desquitado, separado ou divorciado;
( ) Em união estável/casado; ( ) Viúvo(a).

5. Você têm filhos?

( ) Sim; ( ) Não.

6. Onde você nasceu?

( ) Congonhas/MG; ( ) Em outra cidade da microrregião do IFMG/*Campus* Congonhas;
( ) Em outra cidade de MG; ( ) Em outro Estado do Brasil; ( ) Em outro país.

7. Onde você morava antes de ingressar no IFMG/*Campus* Congonha?

( ) Congonhas/MG; ( ) Em outra cidade da microrregião do IFMG/*Campus* Congonhas;
( ) Em outra cidade de MG; ( ) Em outro Estado do Brasil; ( ) Em outro país.

8. Qual sua situação atual de moradia?

( ) Moro sozinho(a); ( ) Em casa de familiares;
( ) Com o pai, a mãe ou ambos; ( ) Em casa de amigos;
( ) Com o cônjuge; ( ) Pensão/Hotel/Pensionato

( ) República; ( ) Outras

( ) Moradia mantida pela família;

( ) Moradia Pertencente e/ou mantida pelo IFMG;

9. Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar ao IFMG?

( ) A pé/de carona/de bicicleta; ( ) Transporte coletivo;

( ) Transporte próprio (carro, moto, etc); ( ) Transporte locado (prefeitura e/ou escolar);

( ) Táxi/Moto-táxi.

10. Qual a distância entre sua moradia atual e o IFMG/*Campus* Congonhas?

( ) Até 10 Km; ( ) 151 a 200 km;

( ) 11 a 50 km; ( ) 201 a 250 km;

( ) 51 a 100 km; ( ) 251 a 300 km;

( ) 101 a 150 km; ( ) Acima de 300 km.

11. Você trabalha?

( ) Sim ( ) Não

Se respondeu Sim, em qual atividade? _____

12. Quem é o(a) principal mantenedor(a) de sua família? (a pessoa que mais contribui na renda):

( ) Pai; ( ) Padrasto; ( ) Você mesmo(a);

( ) Mãe; ( ) Madrasta; ( ) Cônjuge;

( ) Irmão/Irmã; ( ) Avô/Avó; ( ) Outra pessoa.

13. Qual é a escolaridade de seu pai ou responsável?

( ) Sem instrução, não alfabetizado (não sabe ler e escrever);

( ) 1º seguimento do ensino fundamental (1º ao 5º) – Incompleto;

( ) 1º seguimento do ensino fundamental (1º ao 5º) – Completo;

( ) 2º segmento do ensino fundamental (6º ao 9º) – Incompleto;

( ) 2º segmento do ensino fundamental (6º ao 9°) – Completo;

( ) Ensino médio (antigo 2º grau) – Incompleto;

( ) Ensino médio (antigo 2º grau) – Completo;

( ) Ensino superior – Incompleto;

( ) Ensino superior – Completo;

( ) Especialização, Mestrado ou Doutorado;

Qual é a escolaridade de sua mãe ou responsável?

( ) Sem instrução, não alfabetizado (não sabe ler e escrever);

( ) 1º seguimento do ensino fundamental (1º ao 5º) – Incompleto;

( ) 1º seguimento do ensino fundamental (1º ao 5º) – Completo;

( ) 2º segmento do ensino fundamental (6º ao 9º) – Incompleto;

( ) 2º segmento do ensino fundamental (6º ao 9°) – Completo;

( ) Ensino médio (antigo 2º grau) – Incompleto;

( ) Ensino médio (antigo 2º grau) – Completo;

( ) Ensino superior – Incompleto;

( ) Ensino superior – Completo;

( ) Especialização, Mestrado ou Doutorado;

14. Na casa de sua família tem:

Lavadora de roupa:

( ) Sim ( ) Não

Geladeira:

( ) Sim ( ) Não

Computador:

( ) Sim ( ) Não

Acesso à Internet:

( ) Sim ( ) Não

Carro:

( ) Sim ( ) Não

TV:

( ) Sim ( ) Não

Banheiro:

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) Acima de 4

Empregada mensalista (ou diarista):

( ) Sim ( ) Não

15. Qual a renda mensal do seu grupo familiar? (soma dos rendimentos brutos referentes a salários, aluguéis, pensões, dividendos, etc,...)

( ) Não tem renda

( ) Até meio salário mínimo (R$ 468,50);

( ) Até 1 salário mínimo (R$ 937,00);

( ) Até 2 salário mínimo (R$ 1.874,00);

( ) Até 3 salário mínimo (R$ 2.811,00);

( ) Até 4 salário mínimo (R$ 3.748,00);

( ) Até 5 salário mínimo (R$ 4.685,00);

( ) Até 6 salário mínimo (R$ 5.622,00);

( ) Até 7 salário mínimo (R$ 6.559,00);

( ) Até 8 salário mínimo (R$ 7.496,00);

( ) Até 9 salário mínimo (R$ 8.433,00);

( ) Até 10 salário mínimo (R$ 9.370,00);

( ) Até 1 salário mínimo (R$ 937,00);

( ) Acima de 10 salários mínimos.

16. Quantas pessoas, incluindo você, vivem da renda mensal do seu grupo familiar?

( ) Uma; ( ) Duas; ( ) Três; ( ) Quatro; ( ) Cinco;

( ) Seis; ( ) Sete; ( ) Oito; ( ) Nove ou mais.

17. Qual a sua participação na vida econômica do seu grupo familiar?

( ) Sou sustentado pela família ou por outras pessoas;

( ) Sou responsável apenas pelo meu próprio sustento;

( ) Sou responsável pelo meu sustento e contribuo para o sustento da família;

( ) Sou responsável principal pelo sustento de minha família.

18. Em que tipo de escola você cursou o Ensino Fundamental?

( ) somente Escola Pública; ( ) Maior parte Escola Particular;

( ) Maior parte Escola Pública; ( ) Somente em Escola Particular.

19. Se frequentou Escola Particular, utilizou bolsa de estudo?

( ) Sim ( ) Não

20. Em que ano você concluiu o Ensino Fundamental? _____

21. Você frequentou cursinho preparatório para o processo de seleção do IFMG, pelo menos seis meses?

( ) Não ( ) Sim, cursinho governamental gratuito;

( ) Sim, cursinho institucional gratuito: ( ) Sim, cursinho particular.

22. Quantas vezes você fez a prova para o IFMG?

( ) Uma vez; ( ) Duas vezes; ( ) Três vezes ou mais.

23. Você já iniciou outro curso Técnico Integrado além deste que você está cursando?

( ) Nenhum; ( ) Um; ( ) Dois; ( ) Três ou mais.

24. Em que curso você está matriculado?

( ) Técnico em Edificações

( ) Técnico em Mecânica

( ) Técnico em Mineração

25. Em qual período do curso você está?

( ) Início (1º ano);

( ) Meio

( ) Final (último ano);

26. Você participa (ou participou nos últimos seis meses) de algum Programa de Assistência ao Estudante?

Alimentação:

( ) Sim; ( ) Não.

Moradia:

( ) Sim; ( ) Não.

Atendimento psicológico:

( ) Sim; ( ) Não.

Reforço pedagógico:

( ) Sim; ( ) Não.

Atendimento médico:

( ) Sim; ( ) Não.

Atendimento odontológico:

( ) Sim; ( ) Não.

Bolsa Permanência;

( ) Sim; ( ) Não.

Transporte:

( ) Sim; ( ) Não.

Outra forma de assistência:

( ) Sim; ( ) Não.

Se sim, qual? _____ .

27.Você tem alguma atividade acadêmica remunerada?

( ) Nenhuma; ( ) Pesquisa;

( ) Monitoria; ( ) Estágio;

( ) Extensão; ( ) Outra.

28. No seu curso atual, você já trancou matrícula?

( ) Não

( ) Sim, por insatisfação com o curso;

( ) Sim, por impedimento de saúde;

( ) Sim, por impedimento financeiro;

( ) Sim, por outro motivo. Qual? _____ .

29. Julgue o grau de motivação que o levaram a escolher o IFMG:

Aptidões pessoais:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Formação profissional voltada para o mercado de trabalho:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Por oferecer o curso técnico integrado gratuito:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Disponibilidade de vagas no mercado de trabalho:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Cultura geral para melhor compreensão do mundo:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Pela proximidade com a residência da família:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Possibilidade salarial:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Recebimento de um diploma em nível técnico:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Baixa concorrência:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Pela qualidade do curso oferecido:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Possibilidade de continuar em cursos de graduação:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Influência de familiares e/ou amigos:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Complementação de formação profissional que já exerce:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

30. O que você pretende fazer logo após de formar?

( ) Trabalhar; ( ) Ambos;

( ) Continuar estudando; ( ) Não sei.

31. Se trabalhar foi sua opção na questão anterior, imagina-se:

( ) Trabalhando exclusivamente na área em que se formou;

( ) Trabalhando em qualquer área que tiver oportunidade.

32. Se estudar foi sua opção na questão 29, imagina-se:

( ) Fazendo outro curso Técnico;

( ) Fazer cursinho preparatório para o vestibular;

( ) Iniciando um curso de graduação;

33. Qual a sua principal fonte de informação de acontecimentos atuais?

( ) Internet ( ) Rádio;

( ) Jornal Impresso; ( ) Revista;

( ) Telejornal; ( ) Outros.

( ) Outros programas de TV;

34. Julgue o grau de interesse nos seguintes tipos de informações. Considere 0 para pouco interesse e 5 para muito interesse.

Cultura, lazer e viagem:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Economia/Negócios:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Esportes:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Informática:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Notícias internacionais:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Notícias locais e/ou nacionais:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Notícias policiais:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

35. Qual a média de livros que você lê em um ano?

( ) Nenhum; ( ) Quatro; ( ) Oito; ( ) Acima de dez.
( ) Um; ( ) Cinco; ( ) Nove;
( ) Dois; ( ) Seis; ( ) Dez;
( ) Três; ( ) Sete;

36.Que tipo de livro você mais lê?

( ) Literatura de ficção (romance/contospoemas)( ) Literatura de não ficção (ensaios/biografias/ciências) ( ) Ambos; ( ) Nenhum.

37. Com que frequência você participa da seguintes atividades extraclasse?

Artísticas/Culturais:

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente.

Movimento Estudantil:

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente.

Movimentos Ecológicos:

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente.

Movimentos Religiosos:

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente.

Movimentos Sociais:

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente.

Política – Partidárias:

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente.

PIBEXT (Programa de Bolsas de Extensão):

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente.

PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica):

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente.

Sociedades Científicas:

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente.

Empresa Júnior:

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente.

38. Você utiliza a biblioteca da sua universidade?

( ) Raramente ou nunca;

( ) Frequentemente, para estudos relacionados ao curso;

( ) Frequentemente, também para as atividades de lazer e cultura.

39. Qual o domínio você tem em relação ao microcomputador?

( ) Tem muita experiência ( ) Tem alguma noção

( ) Tem experiência; ( ) Não domina.

40. Qual o seu domínio com as seguintes línguas estrangeiras?

Inglês:

( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Nenhum.

Francês:

( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Nenhum.

Espanhol:

( ) Bom; ( ) Regular; ( ) Nenhum.

41. Em geral, quando você precisa de atendimento médico você procura:

( ) Nenhum; ( ) Convênios;

( ) Rede Pública (SUS); ( ) Ajuda informal de amigos/familiares.

( ) Serviços Particulares;

42. Sua última consulta médica ocorreu:

( ) No último ano; ( ) Há mais de 5 anos;

( ) Entre 1 e 5 anos; ( ) Não lembra/ nunca foi.

43. Com relação a seus cuidados dentários, você:

( ) Vai ao dentista se estiver com dor ou outro problema;

( ) Independente de problemas, consulta dentista a cada 6 meses;

( ) Independente de problemas, consulta dentista a cada ano;

( ) Vai ao dentista esporadicamente;

( ) Vai ao dentista esporadicamente para tratamento especializado;

( ) Não lembra/nunca foi.

44. Qual atividade física você mais pratica?

( ) Não pratico; ( ) Voleibol; ( ) Basquetebol;

( ) Natação; ( ) Judô; ( ) Caminhada
( ) Futebol de campo; ( ) Karatê; /Musculação;
( ) Futsal; ( ) Handebol; ( ) Outra.

45. Com que frequência você pratica essa atividade?

( ) diariamente; ( ) Uma vez por semana;
( ) Várias vezes por semana; ( ) Ocasionalmente.

46. Esta atividade é normalmente encarada por você como?

( ) Atividade de lazer; ( ) Meio de manter a forma; ( ) Treino para competições.

47. Caso você não pratique nenhuma atividade física, qual a razão principal?

( ) Falta de interesse/motivação. ( ) Falta de condições financeiras;
( ) Falta de tempo; ( ) Falta de oportunidade;
( ) Falta de condições físicas ou de saúde; ( ) Outra.

48. Avalie o quanto estes estressores ou dificuldades interferem na sua vida ou no contexto acadêmico (Considere 0 nenhuma interferência e 5 interferência máxima).

Adaptação a novas situações (cidade, moradia, separação da família, entre outras);

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Relacionamento familiar:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Relacionamento social/interpessoal:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Relações amorosas/namoro:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Situação de violência (física ou sexual):

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Assédio moral:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Conflitos de valores/conflitos religiosos:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Dificuldade de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, outros):

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Dificuldades financeiras:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Dificuldades de aprendizagem:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Falta de disciplina/hábito de estudo:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Carga horária excessiva de aulas/trabalhos acadêmicos:

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

49. Você já teve alguma dificuldade significativa ou crise emocional nos últimos 12 meses?

( ) Sim; ( ) Não.

50. Assinale as dificuldades emocionais que mais interferem com seu desempenho acadêmico.

Ansiedade:

( ) Sim; ( ) Não.

Depressão:

( ) Sim; ( ) Não.

Timidez excessiva:

( ) Sim; ( ) Não.

Medo/pânico:

( ) Sim; ( ) Não.

Insônia ou alteração significativas de sono:

( ) Sim; ( ) Não.

Sensação de desamparo/desespero/desesperança:

( ) Sim; ( ) Não.

Sensação de desatenção/desorientação/confusão mental:

( ) Sim; ( ) Não.

Problemas alimentares (grande alteração de peso ou apetite; anorexia/bulimia)

( ) Sim; ( ) Não.

Uso abusivo de álcool:

( ) Sim; ( ) Não.

Uso abusivo de drogas não lícitas:

( ) Sim; ( ) Não.

Outros:

( ) Sim; ( ) Não.

Se sim, quais? _____

51. Se sua vida acadêmica já foi prejudicada devido a questões emocionais, marque quais foram os prejuízos:

Baixo desempenho acadêmico:

( ) Sim; ( ) Não.

Reprovação(ões):

( ) Sim; ( ) Não.

Mudança de curso:

( ) Sim; ( ) Não.

Trancamento de matrícula:

( ) Sim; ( ) Não.

Risco de jubilamento:

( ) Sim; ( ) Não.

Falta de motivação para estudar/dificuldade de concentração:

( ) Sim; ( ) Não.

Outros:

( ) Sim; ( ) Não.

Se sim, quais? _____

52. Você já procurou atendimento psicopedagógico alguma vez em sua vida?

( ) Sim; ( ) Não.

53. Você já procurou atendimento psicológico alguma vez em sua vida?

( ) Sim; ( ) Não.

54. Você já procurou atendimento psiquiátrico alguma vez em sua vida?

( ) Sim; ( ) Não.

55. Alguma vez em sua vida, você já tomou medicação psiquiátrica, mesmo que tenha sido por pouco tempo?

( ) Sim, estou tomando; ( ) Sim, já tomei, mas não tomo mais;

( ) Não, nunca tomei.

56. Com que frequência você faz uso de:

Bebidas alcoólicas:

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente; ( ) Sempre.

Tabaco (cigarro ou outros)

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente; ( ) Sempre.

Remédios para controle de dificuldades emocionais:

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente; ( ) Sempre.

Drogas não lícitas:

( ) Nunca; ( ) Ocasionalmente; ( ) Periodicamente; ( ) Sempre.

57. Qual a importância da Assistência Estudantil para você? (Considere 0 nenhuma importância e 5 máxima importância).

( ) 0; ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3; ( ) 4; ( ) 5.

Por quê? _____